



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

KARINA ARAÚJO DO NASCIMENTO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA: PERCEPÇÕES DOS DISCENTES ASSISTIDOS PELO RESTAURANTE
UNIVERSITÁRIO DO *CAMPUS* IV- RIO TINTO

João Pessoa - PB

2024

KARINA ARAÚJO DO NASCIMENTO

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA: PERCEPÇÕES DOS DISCENTES ASSISTIDOS PELO RESTAURANTE
UNIVERSITÁRIO DO *CAMPUS* IV- RIO TINTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (Ppgaes), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Lins de Oliveira.

João Pessoa - PB

2024

**Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

N244p Nascimento, Karina Araújo do.

Política de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba : percepções dos discentes assistidos pelo restaurante universitário do campus IV-Rio Tinto / Karina Araújo do Nascimento. - João Pessoa, 2024.

97 f. : il.

Orientação: Mariana Lins de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Ensino superior. 2. Assistência estudantil. 3. Restaurante universitário. 4. Permanência. I. Oliveira, Mariana Lins de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

KARINA ARAÚJO DO NASCIMENTO

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA: PERCEÇÕES DOS DISCENTES ASSISTIDOS PELO RESTAURANTE
UNIVERSITÁRIO DO *CAMPUS* IV- RIO TINTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (Ppgaes), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Aprovada em: 14/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



MARIANA LINS DE OLIVEIRA

Data: 03/07/2024 17:29:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Mariana Lins de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente



EDINEIDE JEZINI MESQUITA ARAUJO

Data: 02/07/2024 17:46:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Edineide Jezine (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente



JEANE FELIX DA SILVA

Data: 01/07/2024 14:14:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Jeane Félix da Silva (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Esses anos de mestrado, de muito aprendizado, esforço e empenho, trazem consigo a construção de um sonho que iniciou em tempos de incertezas e medos oriundos de uma pandemia. Dias difíceis, de alegrias clandestinas e anseios silenciosos. Por isso, expresso aqui, não somente palavras de gratidão, mas manifesto de forma intensa, através destas, a firmeza das mãos que me apoiaram nesse trajeto de esperança, do verbo esperar, como bem nos lembra Paulo Freire.

Primeiramente agradeço a Deus, pelo discernimento, pela resiliência e por nunca ter me sentido desamparada.

Agradeço aos meus pais, que primaram pela minha educação, me oferecendo a oportunidade de estudar e traçar caminhos possíveis para a realização de meus sonhos pessoais e profissionais.

Agradeço à minha irmã e aos nossos pequenos por terem se tornado o lugar de fuga para os dias difíceis.

Desejo igualmente agradecer à minha orientadora Mariana Lins, pelo suporte e sentido prático com que me orientou neste trabalho.

Agradeço também às professoras membro da banca examinadora, Edineide Jezine e Jeane Félix, pelas contribuições com esta pesquisa.

Agradeço aos professores do PPGAES, pela dedicação com que difundiram seus conhecimentos e aos colegas da turma 08, que ao longo desse trajeto, tornaram-se amigos, deixando esse caminho menos tortuoso.

Aos meus amigos de sempre, agradeço por serem escuta, acolhimento, colo e amor. Por me deixarem ser, no meu tempo e no meu possível.

Agradeço, de forma também especial, aos estudantes que participaram desta pesquisa e que foram de suma importância não apenas para o levantamento de dados, mas como uma forma de reconhecer neles, a estudante que fui.

Agradeço, ainda, a todos (e foram muitos!), que de alguma forma contribuíram para a concretização deste sonho.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Assistidos segundo gênero.....	53
Gráfico 2 – Beneficiários por curso.....	54
Gráfico 3 – Cursos de graduação.....	63
Gráfico 4 – Local de Moradia.....	64
Gráfico 5 – Mora com quem (trocar título).....	66
Gráfico 6 – Não ter conseguido o auxílio anteriormente.....	67
Gráfico 7 – Graduação sem auxílio estudantil.....	68
Gráfico 8 – Tempo de espera para acessar auxílio.....	69
Gráfico 9 – Fonte de informações sobre os auxílios.....	70
Gráfico 10 – Aspectos do R.U. a modificar.....	72
Gráfico 11 – Dificuldades para permanência.....	74
Gráfico 12 – Receio de perder o auxílio.....	76
Gráfico 13 – Satisfação dos beneficiários.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Auxílios estudantis da PRAPE de acordo com as áreas do PNAES.....	45
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Metas e Resultados da Assistência Estudantil.....	48
Tabela 2 –	Caracterização dos estudantes pesquisados.....	59

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAES	Coordenação de Assistência Estudantil
COAPE	Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação
EAD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis IES
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MIRV	Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação

PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SRU	Superintendência de Restaurantes Universitários
UAB	Universidade Aberta do Brasil

RESUMO

Diante do contexto de expansão do ensino superior no Brasil e a inclusão de segmentos historicamente excluídos desta etapa formativa, fez-se necessário fornecer suporte, através de políticas públicas, para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior, visando melhora nas condições de sua permanência e desempenho. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir das percepções dos discentes assistidos pelo Restaurante Universitário do *Campus IV - Rio Tinto*. A presente pesquisa assumiu uma abordagem metodológica do tipo qualitativa e utilizou procedimentos de análise documental e levantamento bibliográfico (Gil, 2008), além de coleta de dados através de questionários enviados eletronicamente aos discentes assistidos com o referido auxílio estudantil. Para a análise dos dados foi utilizada análise do conteúdo de Bardin (2016). Como produto final, a partir dos indicativos obtidos através da coleta, foram propostas melhorias na política interna da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante da UFPB. A pesquisa revelou que a maioria dos estudantes avalia de forma positiva o auxílio do RU e reconhece a sua capacidade em melhorar as condições de permanência, mesmo que apontem sugestões de possíveis melhorias.

PALAVRAS-CHAVE: ensino superior; assistência estudantil; restaurante universitário; permanência.

ABSTRACT

Given the expansion of higher education in Brazil and the inclusion of historically marginalized segments, it has become necessary to provide support, through public policies, for students in situations of socio-economic vulnerability enrolled in Federal Higher Education Institutions, with a view to improving their conditions of permanence and performance. In this context, this research aims to analyze the National Student Assistance Program at the Universidade Federal da Paraíba (UFPB) focusing on student perceptions of the University Restaurant at *Campus* Rio Tinto. The investigation was based on the qualitative method and used documentary analysis procedures (Gil, 2008), as well as data collection through questionnaires sent to assisted students. To analyze the data was used Bardin's content analysis (Bardin, 2016). As a final product, based on the indications obtained through the collection, improvements were proposed to the internal policy of the Pro-Rectorcy for Student Assistance and Promotion. The research revealed that the majority of students give a positive assessment of the RU's assistance, recognizing its capacity to improve their living conditions, even if they also point out suggestions for possible improvements.

KEYWORDS: higher education; student assistance; university restaurant; permanence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	15
1.1 A educação superior no contexto neoliberal.....	19
1.2 Políticas públicas de expansão do acesso à educação superior.....	24
1.3 Políticas públicas de permanência na educação superior.....	31
1.3.1 Programa nacional de assistência estudantil (PNAES).....	35
CAPÍTULO II – A ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL....	39
2.1 Alimentação no contexto neoliberal: segurança alimentar e nutricional.....	40
2.2 Alimentação no âmbito da assistência estudantil na UFPB.....	44
2.2.1 Assistência estudantil no <i>Campus IV</i> : foco no R.U. de Rio Tinto.....	49
CAPÍTULO III – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	55
3.1 Percurso metodológico.....	55
3.2. Caracterização dos estudantes assistidos.....	59
3.3 Sobre os auxílios estudantis.....	66
3.4 Percepções sobre os auxílios estudantis.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICES.....	91
APÊNDICE A - Perguntas que construíram o questionário aplicado com discentes, via <i>Google Forms</i>	91
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	94
APÊNDICE C - Produto Técnico-Tecnológico.....	97

INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira é historicamente marcada por um caráter elitista e excludente, restringindo o acesso e/ou dificultando o êxito acadêmico dos estudantes oriundos das camadas populares de nossa sociedade.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996, desencadeou-se uma série de reformas políticas no âmbito do ensino superior brasileiro, culminando em um processo de expansão desse nível de educação. O início desse processo remonta ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), marcado pelo incentivo do Estado às instituições privadas, em detrimento das instituições públicas, por meio de estratégias como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), responsáveis pela oferta de bolsas e o financiamento de graduação em universidades privadas, respectivamente. Tal fenômeno seguiu a orientação neoliberal desse governo, mostrando-se mais voltado às demandas do mercado, na intenção de fornecer mão de obra qualificada, do que na reversão do quadro das desigualdades inerentes ao ingresso no ensino superior brasileiro.

Nos dois primeiros mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), esse processo de expansão teve continuidade. Porém, além do incremento do número de vagas nas instituições privadas, através dos programas anteriormente citados, foi relevante a expansão e a reestruturação das universidades federais, mediante o programa Expandir e o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esses programas resultaram na interiorização dessas instituições e no aumento significativo no número de vagas no setor público (Cruz, 2018).

No primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), é relevante mencionar a aprovação da Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, e do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014. A referida lei, conhecida como Lei das Cotas, consistiu na reserva de vagas em instituições de ensino superior para estudantes provenientes da rede pública, segundo critérios socioeconômicos e raciais. Quanto ao PNE, este

estabeleceu diretrizes, estratégias e metas para a educação nacional por um período de 10 anos. De acordo com uma de suas metas, busca-se “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público”. A taxa líquida leva em conta a idade considerada adequada para cursar o ensino superior.

Apesar de, nos governos de Lula e Dilma, o número de estudantes matriculados em cursos superiores ter dobrado, atingindo 6,3 milhões, esse número representava apenas 15% da população com idade entre 18 e 24 anos vinculada à Educação Superior (Brasil, 2012). No entanto, verificou-se que essa expansão de vagas ofertadas por meio do Reuni e o início do vigor da Lei das Cotas “contribuiu para a mudança do perfil estudantil nas universidades, elevando-se o quantitativo de jovens oriundos das famílias de renda mais baixa. Porém, ainda persiste uma desigualdade na oferta de vagas” (Amaral, 2018, p. 132). Fato corroborado pelos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstram que de 2004 a 2013 o acesso dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social saltou de 1,7% para 7,2% em universidades públicas (IBGE, 2016).

Desse modo, verifica-se que, apesar de um aumento relevante nesse período, o Brasil ainda se encontrava numa posição extremamente desfavorável, com um longo caminho a percorrer na direção da democratização do acesso a estas instituições.

Diante desse processo de expansão, tornava-se imprescindível a criação de políticas que garantissem, além do acesso, a permanência desses estudantes ao longo do curso, objetivando sua conclusão. Nos encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Brasil, 2012), essa temática ganhou destaque, levando à criação, em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Desse modo, além da busca de democratização do acesso aos estudantes de baixa renda, os

integrantes deste fórum estavam imbuídos de encontrar alternativas para viabilizar a permanência desses estudantes nas universidades (Kowalski, 2012).

Nessa perspectiva, através das lutas do movimento estudantil e dos dirigentes dessas instituições, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o intuito de fornecer suporte para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos de graduação em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de modo a fomentar a permanência e desempenho desses. Essas ações são desenvolvidas na forma de auxílios financeiros, concessão de residência e restaurante universitário, apoio profissional e serviços como a oferta de creche (Brasil, 2010). Desta forma, pelos critérios de cada instituição e com base no orçamento reservado, o Estado formalizou a assistência estudantil como forma de ampliar as condições de permanência de ingressos provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e excluídos social e economicamente.

Neste contexto, esta pesquisa direciona-se a uma análise da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com foco no restaurante universitário do *Campus IV*, situado na cidade de Rio Tinto. O interesse em abordar essa temática emana tanto da vivência da pesquisadora no exercício do cargo de nutricionista do restaurante universitário desta instituição, há mais de uma década, quanto de sua experiência como estudante assistida pelo auxílio restaurante-estudantil desta universidade e como pós-graduanda em um mestrado profissional com ênfase em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

A seguir, será realizada uma breve apresentação dessa trajetória com o objetivo de esclarecer o ponto de vista da pesquisadora, o que perpassa sua história e o que a motivou nesse caminho. Durante o exercício do cargo de nutricionista, tendo sido lotada em diversos *campi* desta instituição: *Campus II* (2013-2022), *Campus IV* (2022-2023) e *Campus I* (lotação atual), vivenciei os desafios referentes à operacionalização técnica dos restaurantes dos *campi* citados, as mudanças ocorridas nesse íterim, principalmente a partir do final de 2015, quando a UFPB optou pela terceirização dos serviços de alimentação. Considero relevante minha atuação junto

aos discentes, tanto nesses restaurantes quanto no atendimento clínico no centro de atendimento médico e especializado do *Campus II*. Destaco ainda minha atuação no *Campus IV: Litoral Norte*, quando estive subordinada à Coordenação de Assistência Estudantil (CAES). Nesses espaços, pude estar ainda mais próxima da realidade dos estudantes, suas demandas e as dificuldades enfrentadas por eles ao buscar o êxito acadêmico.

Durante minha graduação, fui assistida pelo auxílio restaurante universitário, quando vivenciei um extenso processo de seleção permeado pela insegurança de não saber como seria minha permanência em um curso integral, tendo migrado de uma cidade do interior, sem a presença do meu núcleo familiar. Como pós-graduanda neste mestrado profissional, fui provocada a ampliar o entendimento da função social do local onde realizo minhas atividades laborais e a questionar práticas existentes, nas quais eu pudesse intervir na busca de melhores resultados na minha atuação. Outro fator que influenciou na escolha desta pesquisa foi a alarmante volta do Brasil ao “Mapa da Fome” em um cenário de desmonte das políticas sociais. Tal cenário remonta ao golpe sofrido pela presidenta Dilma em seu segundo mandato, quando o vice-presidente Michel Temer assumiu a Presidência da República (2016-2018), com a intensificação de políticas articuladas com o interesse do capital e pela contraposição às políticas sociais (Costa & Silva, 2019). Nesse cenário, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou despesas primárias, afetando diretamente as políticas sociais, como a política educacional e as estratégias de combate à fome (Brasil, 2016).

No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a emenda aprovada por seu antecessor, popularmente conhecida como “teto dos gastos”, foi mantida e o processo de desmonte das políticas sociais foi intensificado. Neste contexto, o cenário de retrocessos culminou na redução dos investimentos em políticas públicas, destacando-se, dentre elas, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 2019 (Dourado, 2019).

Desse modo, o alinhamento do governo de Jair Bolsonaro aos preceitos neoliberais,

a vigência do “teto de gastos” e, ainda, o contexto da pandemia de Covid-19, que assolou o planeta no período de 2020-2023, ressaltam a relevância de abordar o papel dos restaurantes universitários não só para fomentar a permanência dos estudantes nas instituições públicas de ensino superior, mas também para atender a necessidade primordial, assegurada na constituição federal, do Direito Humano à Alimentação (DHAA).

Neste contexto, pretende-se compreender: quais são as percepções dos beneficiários do PNAES na Universidade Federal da Paraíba sobre o auxílio estudantil Restaurante Universitário do *Campus IV: Rio Tinto*?

Esta pesquisa tem como objetivo geral:

- analisar a Política de Assistência Estudantil na UFPB a partir das percepções dos discentes assistidos pelo Restaurante Universitário do *Campus IV: Rio Tinto*.

Para tanto, busca-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- refletir sobre a expansão do ensino superior no Brasil;
- caracterizar a política de assistência estudantil da UFPB e o perfil dos discentes assistidos, com ênfase na modalidade Restaurante Universitário;
- analisar as percepções dos estudantes assistidos com o auxílio restaurante universitário do *Campus IV* da UFPB;
- propor, a partir dos indicativos expostos pelos discentes, melhorias na política interna da PRAPE no que se refere ao auxílio estudantil Restaurante Universitário.

Para alicerçar esta pesquisa, foi realizado um levantamento das pesquisas realizadas neste programa com a temática de assistência estudantil. Dentre elas, citamos: Pordeus (2019), que analisou a importância do PNAES para a permanência e o êxito acadêmico do estudante ingressante por cotas no IFPB; Carvalho (2020), que analisou a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) do *Campus* de Cabedelo, sob a ótica dos estudantes matriculados em cursos superiores, quanto à sua contribuição na permanência acadêmica; e Sousa (2021), cuja pesquisa assemelha-se à proposta deste estudo, tendo analisado a política da assistência estudantil na UFPB no contexto da expansão da educação superior, a partir da percepção dos discentes assistidos pelo restaurante universitário do *Campus* I.

A pesquisa atual traz o diferencial de abordar o *Campus* IV: Rio Tinto, um *campus* do interior que apresenta elevado percentual de evasão, conforme será abordado posteriormente. Este *campus* conta com menos pesquisas acerca da assistência estudantil, principalmente no que se trata do restaurante universitário, além de proporcionar uma análise da assistência estudantil fornecida pela UFPB, na ótica dos assistidos. Esses dados poderão fornecer suporte para melhorias nessa modalidade de auxílio estudantil.

Quanto à estrutura, esta dissertação está organizada em seis capítulos. A primeira seção é a introdução da pesquisa. No primeiro capítulo, abordaremos as Políticas Públicas da Educação Superior, com ênfase nas políticas de expansão de acesso e nas políticas de permanência nesse nível de ensino. O segundo capítulo está destinado à Política de Assistência Estudantil. No terceiro capítulo, será dada atenção ao percurso metodológico, à análise e à discussão da pesquisa. Na quinta seção, será apresentado o produto teórico derivado desta pesquisa. Na sexta e última seção, são apresentadas as considerações finais, onde serão mencionados os principais pontos de destaque deste estudo.

CAPÍTULO I – POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este capítulo busca refletir sobre o campo das políticas públicas de educação superior e está organizado em dois tópicos. O primeiro tópico contextualiza o cenário socioeconômico no qual as transformações no setor da educação ocorreram, destacando que as políticas públicas seguem a inclinação dos governos em que estão inseridas, sendo também influenciadas pelo contexto mundial. No segundo tópico, abordaremos as políticas públicas de expansão do acesso à educação superior, que trouxeram mudanças significativas para o cenário da educação nas últimas décadas.

Para alicerçar esta discussão, abordaremos alguns conceitos relativos à política pública. Neste texto, consideramos como política pública as ações formuladas e implementadas pelo Estado para garantir direitos. De acordo com Souza (2006), política pública pode ser definida como a etapa na qual governos democráticos colocam em prática seus propósitos e plataformas eleitorais, transformando-os em programas e ações que produzirão mudanças na realidade da sociedade. Para Bastiani e Arbage (2018, p. 148), a política pública é “o meio legal oficial para efetivar as ações dos governos para a sociedade”. Segundo a visão de Jezine (2019), esta deve ser pensada e estruturada com objetivos baseados no contexto da inclusão social e da garantia dos direitos humanos e sociais.

Deste modo, em um país pauperizado e com concentração de renda, como o Brasil, tais políticas tornam-se imprescindíveis para a redução das desigualdades e a garantia aos cidadãos dos direitos que asseguram a vida e a dignidade humana.

1.1 A educação superior no contexto neoliberal

Os ideais neoliberais foram introduzidos pelo economista inglês John Williamson e apresentados, em 1989, no Consenso de Washington: “o eixo principal das teses reunidas nesse documento é o da supremacia do econômico sobre as

outras dimensões da vida social, cultural e política, a redução da presença do Estado e o fortalecimento da iniciativa privada” (Goergen, 2010, p. 904).

Na década de 1980, os países em desenvolvimento vivenciaram crises de dívida externa, à medida que enfrentavam dificuldades para pagar seus empréstimos em um cenário de alta das taxas de juros. Dentro desse contexto econômico, muitos desses países recorreram ao financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, por sua vez, estabeleceu ajustes estruturais a serem implementados nestas nações. Estes programas tinham a finalidade de garantir que os bancos recebessem o dinheiro que foi emprestado (Costa; Silva, 2019).

No Brasil, a estratégia neoliberal se materializou através da proposta de Reforma do Estado, pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). Esta reforma foi incentivada por outros organismos multilaterais, além do FMI, como o Banco Mundial (BM). Dentre outras orientações, foram recomendadas medidas de ajuste fiscal, privatização, controle de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo ao investimento externo, reforma do sistema de previdência/seguridade social e reforma do mercado de trabalho (Morais, 2018). Desse modo, a resposta neoliberal à crise consistiu na redução do papel do Estado e ampliação da abrangência do mercado econômico, com a privatização de empresas públicas e redução da proteção social.

Fica clara a intenção do Ministro do MARE, Bresser Pereira, no governo FHC, de introduzir na educação superior pública a racionalidade gerencial privada, com redução da esfera pública e expansão do capital nesse setor. Esse reordenamento culmina na identificação de um fundo ideológico liberal e em uma linha tênue entre essas esferas, constituindo o semipúblico ou o semiprivado.

Esse movimento possibilitou a entrada do capital nos espaços sociais, desencadeando sua reorganização conforme a lógica privada e provocando transformações culturais e identitárias nas instituições educacionais, particularmente nas de nível superior, resultando na redução de recursos de custeio e capital para as instituições de educação superior (IES), no congelamento de salários de seus

servidores docentes e técnico-administrativos, e até nos projetos de uma Lei de Autonomia para essas universidades (Silva Júnior; Sguissardi, 2020). Cabe salientar que essa autonomia não está relacionada à independência na tomada de decisões, mas sim à necessidade de busca de recursos próprios através de parcerias com o setor privado, devido às reduções de orçamento supracitadas.

Dessa forma, os rumos das universidades passaram a ser definidos de acordo com os interesses do mercado, o que conseqüentemente afeta sua autonomia e liberdade de produção científica e de ensino (Barbosa, 2023).

A educação passou a ser planejada e regulada por centros de poder que vão além dos Estados Nacionais, envolvendo, além de agências multilaterais, as associações empresariais, organizações transnacionais e organizações não governamentais locais e internacionais, que constituem verdadeiras extensões sociais das empresas (Bruno, 2011). Neste contexto, as instituições de ensino superior (IES) voltaram-se às demandas do mercado, assemelhando-se a qualquer empresa capitalista, com prejuízos evidentes para as atividades específicas de uma instituição de educação superior. Conjuntamente com a desobrigação com a educação, o mesmo fenômeno foi observado em relação ao financiamento das atividades de pesquisa nas universidades e nos centros de pesquisa. Como consequência dessa política de drástica redução de financiamento das instituições de ensino superior públicas, desenvolveu-se em seu interior "um processo de acelerada privatização interna, provocando sério comprometimento da autonomia e da democracia de gestão" (Silva Júnior; Sguissardi, 2020, p. 171).

Ainda que, em razão das necessidades colocadas pelo desenvolvimento tecnológico e mudanças impostas pelo sistema capitalista, haja a necessidade de mais anos de estudo e de conhecimentos mais complexos, pouco se avançou em direção a um pensamento teórico sólido e investigativo, garantindo-se apenas o aprendizado instrumental e as competências diretamente relacionadas às exigências do sistema. Como é conhecido, as desigualdades são elementos essenciais à manutenção do sistema capitalista (Bruno, 2011).

Segundo a lógica capitalista, seria desperdício formar a totalidade das novas gerações num mesmo grau de complexidade de ensino, visto que muitos jovens jamais seriam inseridos no mercado de trabalho, sendo destinados ao exército de reserva ou a trabalhos simples que não exigiriam a complexidade na qual teriam sido formados (Bruno, 2011). Diante desse cenário, propõe-se, entre outras medidas, uma profunda diferenciação institucional, com a oferta de dois tipos de instituições universitárias: as de pesquisa e as de ensino; o fim da unidade salarial e de carreira; a autonomia financeira, similar à suposta autonomia das organizações empresariais, em lugar da autonomia de gestão financeira nos moldes prescritos pela Constituição Federal de 1988 (Silva Júnior; Sguissardi, 2020).

Dessa forma, a política oficial nas últimas décadas tem se caracterizado pela "combinação entre a progressiva desobrigação do Estado com a manutenção dos serviços públicos de caráter social e a criação de mecanismos que apoiam e facilitam a sua transformação em atividades rentáveis pelo capital privado" (Silva Júnior; Sguissardi, 2020, p. 171).

Depois de uma década da implementação das medidas do Consenso de Washington, o FMI, o BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) analisaram os resultados obtidos nos anos de 1990 e elaboraram um documento denominado *The World Bank's Economic Growth in the 1990's: Learning from a Decade of Reform*, revelando que os resultados não foram os esperados, "do ponto de vista específico da educação superior, que as universidades privadas comerciais não conseguem trazer o aporte científico e formativo que o mercado e as empresas necessitam" (Goergen, 2010, p. 901).

Conforme Goergen (2010), os mencionados bancos perceberam que, sem a intervenção estatal no financiamento da educação superior, não conseguiriam os avanços tecnológicos e financeiros almejados. Assim, tornou-se necessário repensar as medidas adotadas e considerar novas alternativas para que pudessem alcançar seus objetivos.

Nos governos do Partido dos Trabalhadores, foi implementado um conjunto de

políticas públicas com vistas a superar déficits históricos em diversas áreas, como habitação, saúde e educação. Na pesquisa e extensão, as universidades, principalmente públicas, assumiram a função da geração de inovação, incentivadas pela Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A estruturação dessas políticas ampliou o investimento do governo federal no ensino superior e em pesquisa aplicada (Costa; Silva, 2019).

Nesses moldes, esses governos assumiram a agenda neodesenvolvimentista, carregada da ideia de reversão das políticas neoliberais. Entretanto, a estruturação desses projetos para o ensino superior decorre da renovação do próprio projeto neoliberal. Essa renovação vai ao encontro das novas recomendações impostas pelos organismos internacionais, a partir dos anos 2000, que incluíam a educação como um investimento necessário para atenuar os efeitos do neoliberalismo ortodoxo, que culminou com o aumento da pobreza nos países periféricos (Costa; Silva, 2019).

No governo Jair Bolsonaro, o projeto neoliberal intensificou-se novamente com um discurso direcionado à potencialização do sistema capitalista, com desmontes na educação, como vetos em verba extra para a educação básica, corte de verbas em universidades e institutos federais, e redução de 30% do investimento em educação. Além de outras medidas, como a terceirização irrestrita, a reforma trabalhista, a política de retração dos direitos dos povos indígenas, a abertura do pré-sal aos estrangeiros e privatizações, que culminaram em retrocessos e também ameaçam a educação brasileira e a qualidade de vida da população (Jezine, 2019).

Na retomada atual, espera-se a reestruturação de políticas sociais suprimidas nos últimos anos, apesar de que o neoliberalismo está arraigado nas estruturas políticas e econômicas.

1.2 Políticas públicas de expansão do acesso à educação superior

Como mencionado, a partir da aprovação da LDB, desencadeou-se uma série de reformas políticas no ensino superior brasileiro, culminando na expansão desse nível de ensino. Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), esse processo pode ser dividido nas seguintes etapas: 1) aumento significativo das IES privadas; 2) expansão do número de vagas, matrículas e cursos nas instituições federais de ensino superior (IFES); 3) diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino de graduação, com destaque para a utilização da educação à distância (EaD); e 4) expansão da pós-graduação.

Essa expansão, materializada em um contexto internacional marcado pelas políticas neoliberais, aponta para a privatização da educação superior, acarretando graves consequências para a formação superior, para a produção do conhecimento e da cultura e para o trabalho docente (Mancebo, Vale, & Martins, 2015).

Ao analisar as reformas da educação superior na América Latina e no Caribe, pode-se observar que problemas de equidade e de inclusão persistem em boa parte dos países dessa região, verificando-se a mesma tendência de aumento da oferta de vagas em instituições privadas de educação superior, em detrimento do ingresso nas instituições públicas (Peixoto, 2011). No Brasil, como mencionado, a política destinada ao setor privado ocorre a partir de ações emergenciais de financiamento, instauradas nos anos 1990 no governo FHC, tendo continuidade nos dois primeiros governos do presidente Lula (2003-2010) (Jezine, 2019).

Entre 1995 e 2010, o crescimento no número total de matrículas no ensino superior foi da ordem de 262,5%, impulsionado pelo incremento das instituições privadas, responsável por um crescimento da ordem de 347,1%, enquanto a rede pública teve um aumento de 134,6%. Em 2010, 74,2% das matrículas estavam na rede privada (Mancebo, Vale, & Martins, 2015).

Essa expansão do ensino privado é incentivada pela isenção fiscal a essas instituições, por meio de programas como o FIES e o PROUNI. O FIES foi criado em

1999 pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de financiar mensalidades de cursos de graduação para estudantes matriculados em instituições privadas. O programa foi oficialmente regularizado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e sua ampliação ocorreu em 2010 (Brasil, 2001).

O PROUNI, criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, destina-se a conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, com deficiências, autodeclarados afrodescendentes, indígenas e professores da escola básica pública, para frequentarem cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior (Brasil, 2005).

Segundo Bastiani e Arbage (2018, p. 143), o PROUNI e o FIES enfrentam uma dualidade quanto ao entendimento do seu papel social, visto que o investimento de recursos públicos nas instituições de ensino privadas acarreta isenção de impostos e tributos. Esses recursos que deixam de ser arrecadados poderiam ser investidos nas instituições públicas, em vez de serem direcionados a instituições privadas, cuja qualidade é, muitas vezes, questionável.

Cabe ainda mencionar que essas ações se configuram como políticas focais de curto alcance, buscando a igualdade de condições de acesso, porém sem garantias relacionadas à permanência e/ou sucesso no mercado de trabalho (Sguissardi, 2015).

Como política de expansão ao setor público, destacam-se os Programas de Expansão das Universidades Federais (2003-2006) e o REUNI (2007-2012). O primeiro destina-se à interiorização do ensino superior público federal; o segundo ao aumento do acesso e à promoção da permanência dos estudantes na educação superior.

O Programa Expandir pode ser considerado como a ação inicial da expansão da educação superior pública no Brasil durante o Governo Lula. Este possui como objetivo geral "expandir o sistema federal de ensino superior, com vistas a ampliar o acesso à universidade" (Brasil, 2005, p. 4).

O REUNI faz parte das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e é regulamentado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Seu objetivo foi "criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação". Por meio dele, as universidades federais tiveram condições de se expandirem física, acadêmica e pedagogicamente (Brasil, 2007). Suas ações visam reduzir as desigualdades sociais no país, democratizar o acesso e a inclusão social, fomentar a ampliação das vagas nos cursos de graduação, principalmente os noturnos, combater a evasão e a retenção por meio de ações pedagógicas e fortalecer a assistência estudantil, entre outras. Foram definidas as seguintes diretrizes para o programa:

- redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (Brasil, 2007).

Nesse programa, foi fixado para as universidades públicas federais um contrato de gestão com metas de desempenho para o recebimento de investimentos financeiros. Tais proposições tinham como finalidade criar condições para a ampliação

do acesso e da permanência no ensino superior público federal, cujas diretrizes e metas previam, entre outras questões, a redução da evasão e da retenção, a ocupação de vagas ociosas e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, de modo a promover a elevação gradual das taxas de conclusão de cursos de graduação (Ganam, 2021).

Diante dessa expansão promovida pelo REUNI, foram criadas 14 novas universidades e mais 100 novos *campi*, com 275 municípios atendidos entre 2003-2011, chegando ao total de 63 universidades federais em 2018. Essa expansão atingiu regiões e estados do país carentes de oferta de vagas em instituições públicas, como o interior dos estados brasileiros e as regiões de fronteira, permitindo maior mobilidade estudantil e a ampliação da vivência intercultural. Entre as universidades criadas nesse período, podemos citar as Universidades Federais do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), da Integração Latino-Americana (UNILA), da Fronteira Sul (UFFS), do ABC (UFABC), dentre outras de igual relevância (Jesus, 2021).

Considerando o período de 2003-2015, houve um significativo incremento no número de instituições públicas, com a criação de 19 universidades federais, representando um crescimento de 43,2% no número de instituições, 129,64% na oferta de cursos, 99,8% no número de ingressos anuais, 88,74% nas matrículas e 43,61% nos concluintes. O aumento no número de matrículas entre 2007-2015 foi de 72,16%, um crescimento superior ao planejado (Costa & Silva, 2019).

Considerando o período entre 2010 e 2017, o crescimento de IES públicas foi de 6,5%, enquanto nas IES privadas chegou a 2,5%. No entanto, esse crescimento não foi tão expressivo quando comparado a nível regional (Nordeste) e local (Paraíba). Na região Nordeste, o percentual de crescimento foi mais expressivo na rede privada, com 22,2%, contra 3,1% da rede pública. Na Paraíba, o crescimento foi de 15,2% nas instituições privadas, enquanto na rede pública o número de instituições se manteve o mesmo no período analisado (Jezine, 2019).

A entrada em vigor da Lei das Cotas, que instituiu a reserva de 50% das vagas

ofertadas em IES públicas para discentes provenientes da rede pública, com base em critérios étnico-raciais, levou a um aumento significativo da participação dos afrodescendentes nas IES públicas. Em 2015, estes já representavam 12,8% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados nesse nível de educação, enquanto o percentual de jovens brancos consistia em 26,5% (Jezine, 2019). Desse modo, apesar dos avanços alcançados após a instituição da política de cotas, ainda há uma grande diferença entre o acesso de brancos e negros (Costa & Silva, 2019).

Segundo Bastiani e Arbage (2018), a lei é envolta em polêmicas; afinal, enquanto uma face dela respalda a diminuição da exclusão social, outra face revela uma segunda forma de discriminação: econômica e racial.

Desse modo, verifica-se que a expansão das vagas ofertadas por meio do Reuni e a entrada em vigor da chamada Lei das Cotas contribuíram para a mudança do perfil estudantil nas universidades, elevando o número de jovens oriundos de famílias de renda mais baixa. No entanto, ainda persiste uma desigualdade na oferta de vagas (Amaral, 2018, p. 132). Amaral afirma, contrariando o que se observava historicamente, que os estudantes pertencem aos estratos de renda mais elevados da sociedade. Segundo ele, 51,42% dos estudantes das universidades federais estão concentrados em uma faixa salarial de até três salários mínimos, enquanto os 48,58% restantes situam-se acima dessa faixa.

Cabe ressaltar que esse processo de expansão do ensino federal superior brasileiro foi acompanhado por mudanças nos processos seletivos para essas instituições. Os tradicionais vestibulares do país foram substituídos pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), um sistema informatizado que utiliza as notas obtidas pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A criação desse sistema implicou um importante mecanismo de mobilidade territorial, tornando os *campi* das universidades ainda mais diversos e cosmopolitas, abrangendo a diversidade regional brasileira (Brasil, 2019).

Na UFPB, estudos apontaram que a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV) e, posteriormente, o SISU favoreceram o ingresso de estudantes

oriundos de escolas públicas, passando de 36% em 2008 para 53,1% em 2012 (Castelo Branco; Nakamura; Jezine, 2017). Segundo o Relatório de Gestão 2022, a UFPB vem mantendo esse percentual de ingressantes cotistas em 48,31%, um número próximo ao das vagas ofertadas e exigidas por legislação (UFPB, 2022).

É necessário ainda abordar outros entraves socioeconômicos que restringem o acesso de uma parcela significativa dos jovens brasileiros à educação superior, como a baixa proporção de jovens aptos a ingressar na educação superior devido à não conclusão da educação básica, a baixa capacidade financeira dos estudantes e as desigualdades na oferta de vagas pelo território brasileiro (Brasil, 2019). Somados a esses percalços estão também a condição de pessoa com deficiência, a trajetória proveniente de escola pública, os baixos níveis de desenvolvimento humano e as precárias condições estruturais de algumas regiões do país. Isso leva a concluir que somente a gratuidade não garante o acesso e a permanência dos estudantes, enfatizando a importância das políticas de assistência estudantil para essa nova parcela da população que começa a ser incorporada nesse nível de ensino.

Uma das características da expansão do ensino superior refere-se à utilização da EaD, considerado uma modalidade privilegiada para promover a democratização e a expansão do ensino e até para alavancar a transformação social via educação. Essa modalidade é acessível a um grande contingente de adultos interessados em cursar o ensino superior, mesmo cumprindo suas obrigações sociais em outras frentes (da Cruz; Paula, 2018). Desse modo, essa modalidade permite a inclusão de trabalhadores, pessoas que moram longe dos grandes centros e/ou não teriam como se manter em outra cidade para estudar.

Em 2000, essa modalidade de ensino contava com apenas 1.682 matrículas, todas na rede pública. Porém, em 2010, registrava-se um total de 930.179 matrículas (Mancebo, 2012). A oferta de vagas também cresceu exponencialmente nesse período, passando de pouco mais de seis mil para 1,7 milhão em 2010, número praticamente igual ao de concluintes do ensino médio, que foi da ordem de 1,8 milhão em 2010 (Mancebo; Vale; Martins, 2015).

Deve-se destacar, ademais, que, apesar do aumento da oferta de EaD na rede privada ser superior ao da rede pública, essa modalidade de ensino também se amplia neste último setor, particularmente por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) (da Cruz; Paula, 2018). Esta foi instituída por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. O art. 1º deste decreto (Brasil, 2006) determina que:

Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Esta iniciativa apresenta condições favoráveis para grande parcela da população brasileira que, historicamente, teve dificuldades para ingressar, manter-se e obter um diploma em curso superior, tanto pela distância das instituições de ensino superior quanto pelas condições econômicas (Bastiani; Arbage, 2018).

A produção de conhecimento também cresceu no país, fruto direto da expansão da pós-graduação, embora cada vez mais atrelada à tecnologia e à inovação, imprescindíveis para que o capitalismo possa se renovar e ampliar sua margem de riqueza, tendo como princípio a base industrial consolidada (Mancebo; Vale; Martins, 2015).

Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), a expansão do ensino superior vivenciada nas últimas décadas, apesar dos aspectos positivos no que se refere ao incremento do número de vagas, estava destinada a atender às demandas do mercado e aos interesses da burguesia, tornando-se mais uma ferramenta de ampliação do seu capital, mediante a oferta de venda de serviços educacionais nas instituições privadas. Na visão de Peixoto (2011, p. 220):

[...] a expansão dos sistemas de ensino constitui condição necessária para o alcance de condições mínimas de equidade escolar. O aumento da oferta de oportunidades de acesso nem sempre concorre para reduzir as desigualdades no acesso à educação.

Ainda de acordo com Bastiani e Arbage (2018), é importante ressaltar que o FIES, o PROUNI, o REUNI, a UAB, a expansão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica e a Lei das Cotas são políticas que favoreceram a expansão e a democratização do acesso ao ensino superior. Essas conquistas estão arraigadas na CF/88 e na LDB/96.

Essa expansão quantitativa adquiriu também características qualitativas ao se contrapor à concentração de instituições federais de ensino superior em regiões metropolitanas, de maior poder aquisitivo e melhores indicadores socioeconômicos. Tornaram-se prioritárias para esse processo as regiões periféricas, com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública, além de demandas específicas de cursos de licenciatura ou regiões de fronteira com características de integração e escoamento regional. Foram ainda considerados os papéis de internacionalização e integração interna e externa ao distribuir espacialmente os *campi* (Marques; Cepêda, 2012).

Desse modo, é indiscutível que as políticas de expansão implantadas nas últimas décadas promoveram um incremento significativo na oferta de vagas no ensino superior, com predominância nas instituições privadas e incentivo à inserção de camadas subalternizadas. Essa inclusão de novos perfis, se por um lado ocorreu pela busca da democratização do acesso, por outro, buscava atender novas recomendações realizadas pelos países periféricos e pelo Banco Mundial na área do ensino superior, a partir de 1999, com vistas aos interesses do capital e ao desenvolvimento econômico desses países.

1.3 Políticas públicas de permanência na educação superior

Como observado, o processo de democratização do acesso, resultante da ampliação do número de IFES, cursos e vagas, da interiorização dos *campi* dessas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para

estudantes provenientes das escolas públicas por meio de cotas, modificaram radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ (Brasil, 2019). Neste tópico, abordaremos as políticas de permanência na educação superior, com ênfase no PNAES, cuja finalidade foi assegurar o atendimento das demandas surgidas com a incorporação deste novo público às universidades.

Conforme aponta Dias Sobrinho (2010, p. 1226):

É necessário esclarecer desde logo que a 'democratização' da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos.

No tocante à permanência, discutiremos essa categoria conforme apontado por Castelo Branco, Nakamura e Jezine (2017, p. 211), que a consideram como o "processo que vai do acesso ao sistema de ensino e tem seu fechamento quando o estudante conclui o curso". Dessa forma, a permanência pode ser considerada como o período compreendido entre o ingresso do estudante no ensino superior e sua saída da instituição. Nesse contexto de expansão e inclusão de novo público na educação superior, entendemos que não basta permitir o acesso à educação superior; é necessário garantir a permanência nesse espaço até o êxito escolar, contornando os fatores que levam à evasão escolar.

Considerando esta outra categoria, tão relacionada ao processo de democratização das instituições de ensino superior – a evasão –, esta é definida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como a saída definitiva do estudante do sistema educacional. Os custos da evasão vão além do prejuízo para o indivíduo; pode-se falar em prejuízo coletivo, visto o desperdício de

recursos públicos e os entraves ao desenvolvimento socioeconômico do país (Costa, 2018).

Diante dessa expansão, pesquisas mostram que tem sido alto o número de evasões dos cursos de graduação das universidades públicas. Fialho e Prestes (2014, p. 42) destacam que "nesse âmbito da expansão escolar, a evasão escolar é o fator que leva à falência das políticas públicas". A evasão dos cursos de graduação da UFPB no ano passado apresentou índices de 13,2% e 13% nas modalidades presencial e à distância, respectivamente, superando a meta prevista pela instituição para 2022. No caso dos cursos de pós-graduação, a evasão aumentou em relação ao ano anterior, não alcançando a meta estipulada; no entanto, o período considerado para a medição foi de janeiro de 2021 a maio de 2022, o que pode ter influenciado no aumento do índice acima da meta prevista.

Segundo esse mesmo instituto, as taxas de evasão anual giram em torno de 22% e têm se mantido aproximadamente constantes nos últimos 15 anos (INEP, 2023). Na instituição abordada, os índices de retenção dos cursos de graduação para 2022 mostraram-se elevados, especialmente na modalidade à distância, que apresentou um aumento nos evadidos e uma redução nos concluintes, evidenciando os impactos do período pandêmico. Os valores da retenção na pós-graduação também sofreram ampliação em 2022 (UFPB, 2022).

No que tange à retenção, esta é conceituada como a permanência prolongada do estudante, mantendo o status de matriculado por um tempo maior do que o planejado pelo currículo da instituição (INEP, 2023). Diante dessas novas necessidades, a preocupação com a garantia do acesso à educação superior resultou, ao longo dos anos, na criação de vários programas que possibilitaram, de forma menos desigual, a entrada dos jovens provenientes das camadas sociais menos favorecidas nas instituições de ensino superior.

Das Dificuldades de Afiliação por conta de questões estruturais, assim como afirma Coulon (2017, p. 1241), "hoje, o problema, portanto, não é mais entrar na universidade, o problema é permanecer na universidade e ter sucesso no percurso

formativo". Se antes dessas políticas de expansão, o grande gargalo para a obtenção de um título do ensino superior materializava-se nos exames de admissão – os vestibulares, não permitindo que a maior parcela da população ultrapassasse sequer esse obstáculo, essa barreira tornou-se mais facilmente transponível, tornando-se a permanência, um dos maiores desafios.

Diante desses fatores, tornou-se indispensável não apenas a criação de políticas que assegurassem o acesso, com equidade social, a estudantes das camadas populares, mas também a criação de políticas que garantissem a permanência desses estudantes ao longo do curso, ensejando sua conclusão (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2014). Dado o exposto, o acesso não deve ser tratado como um ato individual, pois não garante a manutenção da vida acadêmica. Portanto, é necessário vinculá-lo às políticas que também garantam a permanência, o ensino de qualidade e a diplomação, permitindo que os jovens possam ingressar e concluir seus cursos.

Para atender a tais necessidades, nas últimas décadas, no Brasil, observa-se um movimento de políticas de inclusão voltadas às camadas menos favorecidas da sociedade, com vistas ao acesso à educação superior, cuja finalidade é democratizar a formação universitária e tecnológica. Cabe ressaltar que a pressão por inclusão ou por democratização sempre esteve presente ao longo da história educacional brasileira, uma vez que os pobres e os negros sempre enfrentaram barreiras para o acesso à instrução pública (da Cruz; Paula, 2018).

Nessa direção, o PNAES tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010). O referido programa será abordado de forma mais detalhada no subtópico seguinte.

Outra iniciativa voltada para a permanência é o Programa Bolsa Permanência, criado pela Portaria n.º 389, de 09/05/2013. Esta iniciativa tem como objetivo viabilizar

a permanência, nos cursos de graduação, dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas, bem como reduzir os custos decorrentes da evasão estudantil e promover a democratização do acesso ao ensino superior. Define que, entre outros critérios, o candidato à bolsa possua renda familiar per capita não superior a 1,5 salário mínimo e esteja matriculado em curso com carga horária média superior ou igual a 5 horas diárias (Brasil, 2013).

Compreendemos que não existe apenas um fator determinante para a exclusão, mas a conjunção de vários fatores, tais como: baixos níveis de qualidade da educação básica; restrição orçamentária destinada à educação superior pública; processos de privatização e mercantilização da educação superior; a seletividade no ingresso; e outros (da Cruz; Paula, 2018).

Diante da complexidade para o alcance da verdadeira inclusão, é de suma importância que se aprofundem as discussões sobre o assunto políticas de inclusão na educação e, conseqüentemente, sobre as políticas de permanência na universidade pública (da Cruz; Paula, 2018).

1.3.1 Programa Nacional De Assistência Estudantil (PNAES)

Aprovado pela Portaria Normativa nº 39, de 12/12/2007, e institucionalizado pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) destina-se a estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presenciais nas IFES, selecionados por critérios socioeconômicos e outros definidos pela instituição formadora. O art. 3º da Portaria define que:

[...] as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A aprovação do PNAES pode ser considerada um marco na história da assistência estudantil no Brasil. Sua importância reside no comprometimento do governo federal, que, por lei, com o repasse de recursos às instituições federais de ensino superior, as libera da responsabilidade de criar fundos a partir de recursos próprios para realizar a assistência estudantil, materializando-se como política pública (Paula, 2017).

Nesta perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, possui 20 metas para orientar a política educacional brasileira, nas diversas modalidades de ensino, até o ano de 2024. Dentre suas estratégias, objetiva ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil com a finalidade de reduzir desigualdades, ampliando acesso e permanência na educação superior (Brasil, 2014). Dessa forma, além de prover o acesso, é fundamental o investimento em permanência, o que facilita o combate à evasão e possibilita a elevação das taxas de conclusão (Assis et al., 2013).

Na direção da democratização do ensino superior, o PNAES possui os seguintes objetivos (Brasil, 2010):

- I. democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II. minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III. Reduzir as taxas de retenção e evasão; IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Segundo o mesmo, as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas (Brasil, 2010):

- I. moradia estudantil;
- II. alimentação;
- III. transporte;

- IV. atenção à saúde;
- V. inclusão digital;
- VI. cultura;
- VII. esporte;
- VIII. creche;
- IX. apoio pedagógico;
- X. acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Percebe-se que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. No entanto, são definidas as ações e não as formas de executá-las, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada IFES (Imperatori, 2017). Quanto à abrangência de suas ações, são estipulados os seguintes critérios (Brasil, 2010):

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Dessa forma, o acesso à assistência estudantil foi fixado a partir de um critério de renda, que ainda poderá ser acrescido de outros critérios nas instituições, não se tratando de uma política universal para todos os estudantes de graduação (Imperatori, 2017). Segundo a mesma autora (2017), ao se considerar o pressuposto da assistência estudantil, de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes nos seus cursos de graduação, gerando inclusive abandono escolar, há avanço na compreensão de que o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas que inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros.

Desse modo, o PNAES possui relevância indiscutível no processo de inclusão social e redução das desigualdades na educação superior, ao sistematizar a assistência estudantil, até então ofertada em ações isoladas pelas IES. No entanto, por se tratar de uma política destinada a uma parcela específica da população acadêmica, segundo critérios de renda, sabe-se que outras questões podem estar envolvidas na ausência do êxito acadêmico, além dos fatores econômicos.

CAPÍTULO II – A ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A alimentação, ao ser considerada um dos direitos sociais, torna sua garantia responsabilidade do Estado mediante a instituição de políticas públicas. Em linhas gerais, pode-se resumir que a alimentação é tida como condição básica para o desenvolvimento e permanência do discente, bem como do ser humano.

Na educação básica, criado com o nome de Campanha de Merenda Escolar, em 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), executado e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é a mais antiga política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do Brasil. O Pnae vem sendo aprimorado ao longo dos anos e visa contribuir com o desenvolvimento, o aprendizado, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional (FNDE, 2014).

Trata-se de um programa com atendimento universal, igualitário, que visa atender às necessidades nutricionais deste público durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o seu crescimento, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Este programa é coordenado pelo FNDE, o qual faz repasse dos recursos aos Municípios, Estados e Distrito federal, de acordo com o número de estudantes do ano anterior informado pelo censo escolar (FNDE, 2014).

Na educação superior, sua garantia aparece atrelada à assistência estudantil, de forma não universal, segundo critérios socioeconômicos e raciais, como já abordado, materializada principalmente nos restaurantes universitários.

Os RUs apresentam tamanha importância que as demais ações desenvolvidas, como auxílio alimentação e a distribuição de alimentos/cestas básicas, por vezes, são implementadas no intuito de complementar e/ou cobrir as demandas que o restaurante universitário ou sua inexistência não dão conta de atender (Mussio, 2015). Ainda segundo o mesmo autor:

Este equipamento é, sem dúvida, um instrumento de alta relevância nas universidades, o que pode ser afirmado considerando tanto o papel que cumpre para garantia do direito à alimentação, a integração e convivência social e a permanência estudantil, quanto pela importância que as instituições dão a este serviço, o qual é o ambiente tradicional nas universidades federais brasileiras (Mussio, 2015, p. 62).

Das ações encontradas relacionadas à alimentação, o restaurante universitário é o que possui maior frequência nas instituições, além de atender o público mais diverso e utilizar a maior parte do recurso do PNAES destinado à alimentação. Embora essas ações apresentem formatos diferentes, colocam em relevo a importância da inclusão da alimentação no ambiente escolar, tanto como promotora de condições mais igualitárias quanto potencializadora da aprendizagem e da permanência escolar (Mussio, 2015).

2.1 Alimentação no contexto neoliberal: segurança alimentar e nutricional

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a busca pela retomada das prerrogativas democráticas, o direito à alimentação não recebeu a atenção necessária; sua presença fez-se apenas através de vinculação ao direito à educação, assistência à saúde, e como direito da criança e do adolescente. Este direito só foi reconhecido como um dos direitos sociais a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 2010 (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022).

Na década de 1990, houve estruturação e intensificação do neoliberalismo, com a desresponsabilização do Estado, que transfere o protagonismo para a sociedade civil no desenvolvimento de ações de combate à fome no Brasil (Nogueira, 2022). Em 1989, havia doze programas federais para alimentação; ao final do governo Collor, apenas três se mantiveram (Pinheiro; Carvalho, 2010).

Entre os movimentos filantrópicos da época, destaca-se o movimento “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, criado em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, que culminou na criação do CONSEA em abril de 1993 (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022). Neste ano, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa Comunidade Solidária, com abordagens pontuais e cunho filantrópico. Os eixos estratégicos dessa Conferência foram incorporados à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 1999, inovando ao firmar a promoção do DHAA como fundamento de suas ações e apontar para a necessidade de criação de uma política abrangente de SAN (Pinheiro; Carvalho, 2010).

A criação da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, foi uma importante etapa do processo de formulação da PNSAN no Brasil, destinada a responder pelo conceito brasileiro de SAN, que consiste na:

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Com base nessas premissas, a LOSAN institui a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022).

A partir do ano 2000, o tema da fome ganhou novamente espaço na agenda política nacional. Em 2003, o recém-eleito presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, que já pautava a proposta da PNSAN, reinstalou o CONSEA e apresentou a estratégia de seu governo chamada “Fome Zero”, com ênfase no programa de transferência de renda “Bolsa Família”. Esse governo transferiu a SAN do campo da saúde para a área de desenvolvimento social, criando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004 (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022).

Os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, trilharam a construção da agenda da SAN enquanto uma política de Estado, num amplo processo intersetorial e com participação da sociedade civil.

Segundo o Guia Alimentar para a população brasileira (Brasil, 2014, p. 8):

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis.

Foi verificado no Brasil, entre o período de 2004 e 2013, aumento no índice de Segurança Alimentar (S.A.), o que rendeu ao país no ano de 2010 o título de campeão mundial no combate à fome pelo Programa Mundial de Alimentação (Galindo et al., 2021). No entanto, em 2016, com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, iniciou-se uma sequência de ataques às estruturas que alicerçaram a SAN, entre elas: SISAN e PNSAN. No mesmo ano, o congelamento dos gastos sociais intensificou o desmonte das políticas de SAN no Brasil. Adicionalmente, nesse movimento de retrocesso e desmonte, o então recém-eleito Presidente Jair Bolsonaro publicou a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que revogou o CONSEA (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022).

No entanto, vivenciamos uma regressão nos padrões de segurança alimentar no país, com uma queda de 14,1 pontos percentuais no índice de SA em comparação com o ano de 2013 (Galindo et al., 2021).

Segundo Nogueira, Pereira e Carrara (2022), embora o aumento da insegurança alimentar e fome venha sendo atribuído à crise sanitária vivenciada na pandemia do novo coronavírus, com o agravante da disseminação do negacionismo

e o aumento do desemprego, ela pode ser considerada apenas de um dos determinantes desse cenário.

Dessa forma, embora a pandemia tenha contribuído para o agravamento desse cenário, entre os determinantes dessa condição, encontram-se as políticas de austeridade, implantadas desde 2014, que culminaram na redução de investimentos nas políticas públicas (Luciano; Correa, 2022).

Dentre ações de cunho neoliberal que impactaram as políticas de segurança alimentar e nutricional, pode-se ressaltar a extinção do CONSEA no início da gestão do governo federal anterior, em 2019, com a Medida Provisória 870, a desestruturação do PNAE nos períodos da pandemia em que as escolas estavam fechadas, afetando estudantes de escolas públicas e os agricultores fornecedores, assim como a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos com a Medida Provisória 1061/2021, que extinguiu também o Programa Bolsa Família (Luciano; Correa, 2022).

Dos 116,8 milhões de brasileiros/as que hoje enfrentam algum nível de insegurança alimentar, 43,4 milhões não têm quantidade suficiente de alimentos e 19 milhões convivem com a fome (REDE PENSSAN, 2021). A ausência de disponibilidade de comida em quantidade e qualidade adequada reflete mais uma contradição entre capital e trabalho, e sua forma de enfrentamento no Brasil segue de forma intermitente, acumulando avanços e retrocessos da SAN como direito humano e social (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022).

Em um cenário de pauperização da população e retorno do país ao mapa da fome, políticas públicas relacionadas à necessidade mais básica de todas – a alimentação, como o auxílio restaurante universitário, mostram-se ainda mais relevantes, visto a grande probabilidade de tais estudantes, mesmo os que morem com seus núcleos familiares, não possuírem a garantia de tais condições. Desse modo, de que adiantaria democratizar acesso à educação superior, se direitos primários ainda não são garantidos?

Durante a pandemia da Covid-19, cerca de duas décadas depois, a mesma população é obrigada a retornar às ruas, para protestar contra a pobreza e a fome,

enquanto “os impérios alimentares controlam a produção, a circulação dos alimentos, unificam e sustentam a dinâmica de acumulação que estrutura o sistema alimentar hegemônico” (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022, p. 514).

O processo de instituição de políticas de SAN no Brasil é marcado por descontinuidades, avanços e retrocessos, em que a alimentação ainda encontra limites para seu reconhecimento como direito social. Desse modo, espera-se que o atual presidente, imbuído desde seu primeiro mandato em combater a fome e a miséria, com programas como o Fome Zero, esteja disposto a contornar uma das mais drásticas consequências do desmonte de políticas públicas promovida pelo governo antecessor, que levou o Brasil ao Mapa da Fome.

2.2 Alimentação no âmbito da assistência estudantil na UFPB

A UFPB possui estrutura multicampi e atua nas cidades de João Pessoa e Santa Rita (*Campus I*), Areia (*Campus II*), Bananeiras (*Campus III*) e Rio Tinto e Mamanguape (*Campus IV*), atendendo 29.814 estudantes distribuídos em 124 cursos presenciais (UFPB, 2020). Todos os *campi* da instituição contam com estrutura de restaurante universitário.

Considerando a demanda crescente, resultante das políticas de democratização do acesso e a necessidade de fornecer maior efetividade às ações de assistência estudantil, foi criada, por meio da Resolução nº 29/2010, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE). O objetivo primordial desta pró-reitoria é planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante.

A estrutura administrativa da PRAPE é constituída pela Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis (COAPE), que tem como competência geral propor formas de assegurar o desenvolvimento e implantação da política de assistência e promoção aos estudantes e a Superintendência de Restaurantes

Universitários (SRU), cuja responsabilidade é supervisionar a execução dos programas de alimentação para estudantes da instituição (UFPB, 2018).

Considerando que o PNAES confere autonomia às instituições para utilização dos recursos de assistência estudantil, de acordo com suas prioridades, a UFPB, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, institucionalizou os auxílios e apoios destinados a estudantes dos cursos de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A seguir, esses auxílios estão dispostos de acordo com as áreas previstas no referido programa:

Quadro 1 – Auxílios estudantis da PRAPE de acordo com as áreas do PNAES

Áreas de atuação PNAES		Assistência UFPB
I	Moradia estudantil	Auxílio Moradia Auxílio Residência
II	Alimentação	Auxílio Alimentação Auxílio Restaurante Universitário
III	Transporte	Auxílio Transporte Auxílio Passagens para Eventos
IV	Atenção à saúde	Atendimento psicológico e odontológico
V	Inclusão digital	Auxílio Inclusão Digital
VI	Cultura	Programa Cultural e Desportivo
VII	Esporte	
VIII	Creche	Auxílio Pré-Escolar Auxílio Emergencial aos(às) Estudantes
IX	Apoio Pedagógico	Auxílio Apoio Didático-pedagógico
X	Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.	Auxílio Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento
XI	Outros	Auxílio pagamento de inscrição em eventos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos dados da PRAPE (2023)

A seguir, a descrição dos auxílios previstos relacionados à alimentação (UFPB, 2010).

- §1º. O Auxílio Residência Universitária consiste na concessão de acesso e uso das dependências da Residência Universitária, acesso às refeições do Restaurante Universitário e prestação pecuniária mensal para custeio de alimentação nos finais de semana, destinado a estudantes que vierem residir nas cidades do curso em que estão matriculados e que não possuam núcleo familiar nesta localidade, conforme critérios estabelecidos pela PRAPE.
- §2º. O Auxílio Restaurante Universitário é a concessão de acesso e uso do restaurante universitário em dias letivos.
- §4º. O Auxílio Alimentação é uma prestação pecuniária mensal destinada aos(as) estudantes que não dispõem do serviço de Restaurante Universitário nos locais sede do curso em que estejam matriculados.

Incluído posteriormente, o Apoio Emergencial foi regulado pela Resolução n.º 12/2021 - CONSUNI (UFPB, 2021), que tem como finalidade:

atender emergencialmente a necessidades básicas de moradia e alimentação dos(as) estudantes matriculados(as) em cursos presenciais de graduação, pós-graduação (mestrado ou doutorado) ou cursos técnicos da UFPB, que se encontrem em condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica e risco social, as quais estejam interferindo diretamente na permanência e na conclusão do curso.

Como verificado, os estudantes contemplados com o Auxílio Residência Universitária têm, além da moradia, acesso a todas as refeições servidas nos restaurantes, a saber: desjejum, almoço e jantar. Cabe ainda mencionar que a primeira refeição é destinada apenas aos estudantes que recebem esse auxílio, ou seja, os estudantes residentes. Em relação ao desjejum, o *campus* IV: Rio Tinto, apresenta-se como exceção na oferta dessa refeição, ofertando-a sob a forma de pecúnia, devido, entre outros fatores, ao baixo número de discentes assistidos com o auxílio residência universitária, o que torna menos viável a oferta dessa refeição.

A Portaria n.º 03/2023 da PRAPE/UFPB regulamenta o acesso ao auxílio-

restaurante universitário, e em seu art. 7º estabelece que os beneficiados com o auxílio restaurante-universitário terão acesso ao mesmo nos dias e turnos em que estiverem matriculados em disciplinas, da seguinte forma:

- I – discentes de curso matutino farão jus ao almoço;
- II – discentes de curso vespertino ou integral farão jus ao almoço e ao jantar, cumulativamente;
- III – discentes de curso matutino e vespertino farão jus ao almoço e ao jantar, cumulativamente;
- IV – discentes de curso noturno farão jus ao jantar.

De acordo com o Relatório de Gestão do ano de 2022 da UFPB, a maior parte dos indicadores relacionados à política de assistência estudantil alcançou os resultados esperados para o ano. O número de estudantes em situação de vulnerabilidade social assistidos superou, desde 2021, as projeções para 2022 e para 2023, e isso se deve, segundo o mesmo, a uma melhor gestão dos editais de seleção e à reabertura dos restaurantes universitários.

Durante a pandemia de Covid-19, a assistência estudantil foi viabilizada principalmente através da concessão dos auxílios pecuniários. No entanto, as residências universitárias permaneceram abertas, com ocupação reduzida, e os restaurantes universitários dos *Campi* I e II mantiveram a produção de refeições até o final de 2020, adotando estratégias para minimizar a disseminação do vírus: distribuição da alimentação produzida através do uso de marmitas (“quentinhas”), com a finalidade de viabilizar a permanência dos discentes que não conseguiram retornar para seus domicílios durante esse período pandêmico.

Novas estratégias precisaram ser implementadas exclusivamente para esse período, como a distribuição de chips de celular para permitir acesso à internet para acesso às atividades acadêmicas remotas que estavam sendo realizadas.

O ano de 2022 foi marcado pela retomada das atividades na modalidade presencial, no semestre letivo 2021.2, com retorno presencial gradual das aulas em 21 de março, no entanto, os restaurantes da instituição só voltaram ao seu

funcionamento a partir da segunda quinzena de agosto do ano em questão.

Tabela 1 – Metas e Resultados da Assistência Estudantil

Indicadores	Valores Alcançados		Valores desejados	
	2021	2022	2022	2023
Estudantes em situação de vulnerabilidade assistidos pela AE	5433	5051	4473	4880
Ações de reestruturação dos R.U's	5	10	10	10
Tempo de espera para inserção dos novos estudantes	150	150	100	45
Percentual de ingressantes cotistas	50%	48,31 %	50%	50%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, com base em UFPB (2022)

Neste ano, segundo o Relatório de Gestão da UFPB, o único indicador que não atingiu o resultado esperado foi o tempo de espera para a inserção de novos estudantes na assistência estudantil, que permaneceu em 150 dias, devido à demanda reprimida do ano de 2021, o que aumentou o número de solicitações de auxílios em 2022 (UFPB, 2022). Nesse retorno, foram verificadas mudanças na viabilização desses auxílios pela PRAPE, provavelmente para contornar esses indicadores que ficaram aquém do esperado. Foram então realizadas seleções simplificadas destinadas a atender de forma célere os estudantes que ingressaram na universidade através de cotas, a exemplo dos editais de seleção nº 10/2022 e 04/2023, destinados à seleção de estudantes ingressantes no semestre letivo 2023.1, que atendam a pelo menos um dos seguintes critérios:

- a) ingressantes cotistas;
- b) ingressantes ampla concorrência que comprovem ter cursado Ensino Médio em escola pública OU renda per capita de até 1,5 (um e meio) salário mínimo;
- c) contemplados com o Apoio Estudantil Emergencial de que trata a Resolução CONSUNI nº 12/2021.

Um dos maiores ganhos com a implementação dessa modalidade de seleção

foi o encurtamento do tempo de acesso aos auxílios estudantis. Nas seleções supracitadas, o período entre a divulgação do certame, resultado e assinatura do termo no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), para utilização do benefício, foi reduzido para cerca de um mês em ambos os editais, oferecendo melhores condições para esses estudantes que já atestam sua necessidade de suporte, visto que chegaram à instituição por meio de cotas de vulnerabilidade socioeconômica.

Outra alteração presente na portaria supracitada faz menção à necessidade de justificativa pela ausência superior a 15 dias da utilização dos restaurantes, acarretando a suspensão temporária de acesso, conforme se verifica a seguir: “não acessar o restaurante universitário por 15 (quinze) dias consecutivos, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo discente” (UFPB, 2023). Diante da não justificativa em período estipulado em comunicações periódicas, realizadas pela PRAPE, os discentes podem perder o benefício deste auxílio estudantil.

Outra modificação na assistência estudantil, referente aos RUs, foi a abertura do primeiro processo seletivo simplificado para atendimento dos estudantes que não se enquadram nos critérios do PNAES com o subsídio de metade do valor das refeições, em março deste ano. Tendo em vista que os restaurantes da UFPB até então eram mantidos exclusivamente com os recursos provenientes do PNAES, segundo critérios de renda, não poderiam ser utilizados para financiamento de público que não se enquadrasse nesse perfil, precisando esta modalidade de auxílio ser financiada por outros recursos da instituição.

2.2.1 Assistência Estudantil no *Campus IV*: foco no R.U. de Rio Tinto

O Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAÉ) foi criado em 2006 pelo Programa Expandir, com o objetivo de interiorizar a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O CCAÉ está dividido entre as cidades de Mamanguape e Rio Tinto.

Atualmente, o CCAE oferece treze cursos de graduação (dois na modalidade EaD, três mestrados acadêmicos, um mestrado profissional e um doutorado. Em Mamanguape, são oferecidos os cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Secretariado Bilingue e Licenciatura em Letras e Pedagogia. Já o *Campus* de Rio Tinto oferece os seguintes cursos: Licenciatura em Ciências da Computação e Matemática, e Bacharelados em Sistemas de Informação, Ecologia, Antropologia e Design.

A Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) é uma unidade do CCAE que tem como objetivo realizar ações que possibilitem a permanência dos estudantes no centro e o sucesso em suas atividades acadêmicas. A CAES está voltada ao acolhimento das demandas estudantis, de modo a identificar, encaminhar e acompanhar questões de naturezas sociais, psicológicas e pedagógicas que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem. As ações desta coordenação são divididas de acordo com o público-alvo:

- I. ações universais: voltadas para todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos do CCAE;
- II. ações de Assistência Estudantil: destinadas aos estudantes do CCAE em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Apesar de o *Campus* de Rio Tinto e o *Campus* de Mamanguape possuírem restaurante e residência universitários, apenas o primeiro possui esses dois equipamentos da assistência estudantil em funcionamento. Desse modo, os estudantes do *Campus* de Mamanguape são assistidos com auxílio alimentação e auxílio moradia sob a forma de pecúnia. Por este motivo, nesta pesquisa, nos deteremos apenas à sede do *Campus* IV: Rio Tinto.

O modelo de gestão adotado pela UFPB para seus restaurantes universitários até o final de 2015 era o de autogestão, com as refeições preparadas por servidores da instituição e funcionários terceirizados. Após esse período, a UFPB optou pela terceirização do serviço de alimentação, com a concessão dos restaurantes

universitários e realização de licitação para a contratação de empresa responsável por todo o processo que envolve o fornecimento de refeições prontas. A partir de então, as nutricionistas de todos os restaurantes da instituição tornaram-se fiscais desses contratos.

No restaurante de Rio Tinto, são fornecidas as duas refeições principais, distribuídas nos seguintes horários: almoço - 10h45min às 13h, e jantar - 17h às 19h, de segunda-feira a sexta-feira. Os estudantes assistidos com o auxílio R.U. recebem subsídio integral do valor dessas refeições, ou seja, para esse público as refeições são totalmente isentas de pagamento.

Em contrapartida aos outros restaurantes da instituição, os beneficiados desse *campus* não possuem acesso à refeição desjejum, que é destinada exclusivamente para moradores das residências universitárias. Considerando que a residência do referido *campus* possui atualmente apenas 15 vagas ocupadas, foi realizada consulta aos assistidos e foi escolhida a manutenção da oferta desta refeição através de pecúnia, juntamente com o valor referente às refeições do final de semana, visto que os restaurantes da UFPB, com exceção do *Campus* III: Bananeiras, não abrem aos finais de semana.

A partir de 2022, houve a ampliação do atendimento dos restaurantes da UFPB a toda a comunidade universitária, possibilitando aos estudantes de graduação e pós-graduação não assistidos, servidores (técnico-administrativos e docentes), prestadores terceirizados, estudantes de outras instituições e visitantes, a possibilidade da aquisição da refeição no R.U. pelo valor integral pago à empresa terceirizada, que no momento corresponde ao valor de R\$ 14,40, correspondente às refeições almoço e jantar.

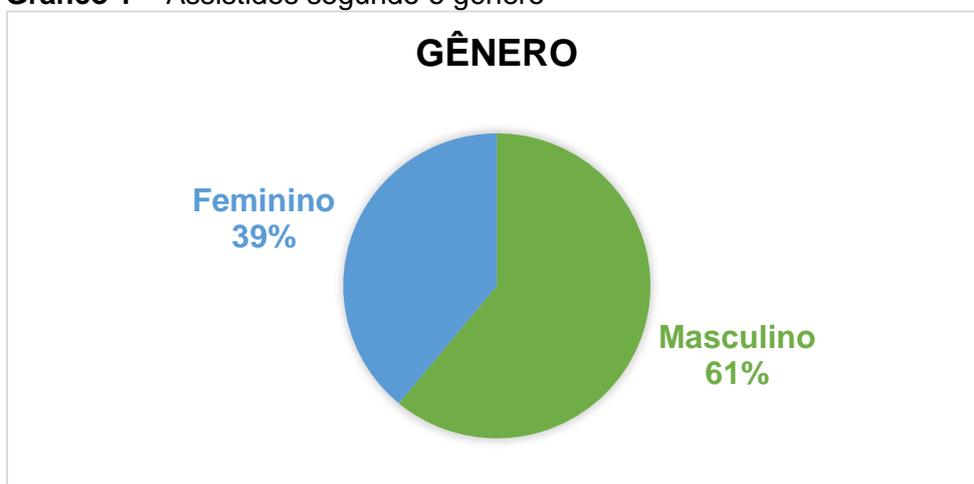
O cardápio ofertado em todos os restaurantes é elaborado pela empresa terceirizada, conforme as características detalhadas no Termo de Referência do contrato vigente e avaliado mensalmente pelas fiscais técnicas de cada contrato - nutricionistas da UFPB - segundo os requisitos presentes nesse termo e executado apenas após aprovação delas.

As refeições servidas no almoço devem ser compostas por dois pratos proteicos, duas opções de preparações vegetarianas, uma salada crua, uma guarnição (raiz ou purê), dois acompanhamentos (arroz e feijão), farofa, sobremesa (doce ou fruta) e suco de fruta. Algumas exigências do contrato correspondem à oferta semanal de preparações regionais, como feijoada, cozido com pirão, rubacão e favada.

No jantar, são ofertadas as seguintes preparações: salada crua, um acompanhamento (arroz, macarrão ou cuscuz), uma raiz (inhame, batata-doce ou macaxeira), sopa ou munguzá, café e suco de fruta.

Em todas as refeições, as diversas preparações devem cumprir frequências estabelecidas no referido termo, a fim de evitar a monotonia alimentar. Estas são distribuídas pelo sistema de cafeteria mista, sendo apenas as preparações de prato principal servidas por um funcionário da empresa terceirizada. As demais preparações são ofertadas no sistema de self-service, onde o próprio comensal porciona sua refeição.

Através de consulta ao SIGAA no mês de agosto de 2023, foram verificados 398 estudantes assistidos com Restaurante Universitário e 15 estudantes assistidos com Residência Universitária no *Campus* de Rio Tinto. Das particularidades observadas na população assistida, podemos citar o percentual significativamente reduzido de estudantes do sexo feminino, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Assistidos segundo o gênero

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados do SIGAA (2023)

Uma parcela dos estudantes não reside na cidade de Rio Tinto e viaja diariamente de suas cidades em ônibus escolares vindos de várias cidades vizinhas e até mesmo da capital do estado.

Observa-se também a não homogeneidade na distribuição dos estudantes beneficiados pela referida assistência estudantil entre os cursos da unidade. Fatores que podem influenciar esta desproporção estão relacionados com o horário das aulas, se concentradas em um único turno, ou em período integral, bem como pelo acesso diferenciado às informações sobre a assistência estudantil.

Gráfico 2 – Beneficiários por curso

Elaborado: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados do SIGAA (2023)

Outro ponto relevante consiste na baixa frequência de comensais neste restaurante no ano de 2022, após o retorno das atividades acadêmicas presenciais. O número médio de refeições ofertadas neste restaurante foram 107 refeições no almoço e 80 refeições no jantar, números muito aquém do quantitativo de assistidos no referido ano, que permaneceu em torno de 350 assistidos, variando de acordo com novas contemplações, conclusões, entre outros. No ano de 2023, o número de refeições diárias elevou-se para cerca de 200 refeições no almoço e 150 refeições no jantar, com um quantitativo de assistidos mantendo-se por volta de 400 discentes. Acredita-se que a necessidade de justificativa por não comparecimento contribuiu para aumentar essa frequência, visto excluir os estudantes que não estariam de fato frequentando o restaurante/as aulas, possibilitando incluir novos alunos das listas de espera para os auxílios.

CAPÍTULO III – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Este capítulo destina-se à descrição e análise dos resultados desta pesquisa, que consistiu na realização de um estudo de campo, por meio da aplicação de um questionário aos discentes do *Campus IV: Rio Tinto*, que recebem ao menos o auxílio restaurante universitário, viabilizado pela PRAPE/UFPB, com recursos PNAES.

As perguntas realizadas neste estudo viabilizaram o levantamento de informações sobre o perfil dos estudantes assistidos; sobre o(s) auxílio(s) estudenti(s) recebido(s), visto que o auxílio restaurante universitário poder ser recebido acumuladamente com outros auxílios estudantis; sobre os processos seletivos para recebimento do(s) mesmo(s); bem como sobre as percepções acerca do auxílio estudentil restaurante universitário do *Campus IV: Rio Tinto*, foco desta pesquisa.

As informações obtidas foram categorizadas segundo a Análise do Conteúdo de Bardin (Bardin, 2016), perfazendo um total de 03 categorias principais, a saber: Perfil dos Assistidos; Acesso aos Auxílios Estudantis; Percepções dos Assistidos sobre o Auxílio Restaurante Universitário.

A seguir, trazemos o detalhamento destas informações.

3.1 Percurso metodológico

Neste tópico, abordaremos os procedimentos metodológicos utilizados para o alcance dos objetivos desta pesquisa.

Quanto aos objetivos, este estudo pode ser classificado como descritivo, por envolver o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados em busca da descrição de um fenômeno. Segundo Gil, “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2008, p. 42).

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa utilizou procedimentos de análise documental e levantamento bibliográfico. Fonseca (2002, p. 31) afirma que “qualquer trabalho científico inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Deste modo, foi realizado um levantamento bibliográfico para estabelecer um arcabouço teórico acerca do tema proposto e posterior delineamento do estado do conhecimento. Para tanto, foram utilizadas as seguintes plataformas de pesquisa: Google Acadêmico; Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Periódicos da CAPES; Acervo do portal da biblioteca da UFPB; Site do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES). Junto a esta pesquisa bibliográfica, realizamos pesquisa documental, direcionada às legislações que englobam a temática, além de documentos e dados fornecidos pela UFPB, tais como: relatório de estudantes assistidos pela PRAPE, elaborado pela COAPE; dados obtidos através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades, contribuindo para a discussão teórica e caracterização do fenômeno estudado.

A população deste estudo é constituída pelos estudantes dos cursos de graduação do referido *Campus* e a amostra compõe-se pelos discentes contemplados pelo PNAES, que fazem jus ao auxílio Restaurante Universitário.

Foram excluídos beneficiários com menos de 3 meses de utilização do auxílio no momento da coleta de dados. Tal intervalo foi definido tomando por base estudos que avaliaram a satisfação do estudante em relação à restaurantes universitários e por considerarmos o prazo suficiente para os estudantes poderem vivenciar a rotina do mesmo e as variadas experiências relativas à utilização do referido restaurante.

A coleta de dados foi realizada junto aos discentes beneficiários, com o objetivo de proporcionar conhecimento acerca da realidade do objeto de estudo, entendendo-o e buscando uma análise mais profunda para compreender a relação destes como a modalidade de assistência estudantil referida.

Para a identificação dos beneficiários, foi solicitado à COAPE um relatório contendo os endereços de e-mail dos estudantes que atendam ao critério citado. Foram enviados e-mails aos beneficiários contendo uma breve descrição da pesquisa, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em formato PDF, assinado pela pesquisadora.

O questionário, segundo Lakatos e Marconi (2003), é composto por uma série de perguntas que devem ser respondidas sem que o pesquisador esteja presente. O questionário utilizado na coleta de dados foi composto por perguntas fechadas com o intuito de caracterizar o perfil dos estudantes beneficiários do PNAES, avaliar as percepções desses beneficiários sobre as condições atuais da modalidade assistencial Restaurante Universitário, seu processo seletivo, além de identificar as percepções dos beneficiários sobre como este programa influencia as condições de permanência/êxito acadêmico.

Para construção do questionário, nos apoiamos em estudos acadêmicos com temas voltados para a assistência estudantil. A amostragem utilizada foi do tipo não probabilística, do tipo intencional por conveniência. Segundo Gil (2008, p. 64), a amostragem intencional “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”. Já a amostragem por conveniência, acontece quando “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (Gil, 2008 p. 72).

Explicamos também, neste e-mail, o objetivo e a relevância da pesquisa, ressaltando que a participação deles será imprescindível para o alcance do resultado, que poderá trazer benefícios para seus pares.

Do ponto de vista da abordagem do problema, a presente pesquisa assume uma abordagem metodológica do tipo qualitativa. Esta abordagem trabalha com um universo de significados, possibilitando a apreensão das contradições presentes para compreender e explicar a dinâmica das relações sociais (Fonseca, 2002).

Para a análise dos dados foi utilizada a análise do conteúdo de Bardin. Este utiliza o método das categorias, que consiste em “uma espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (Bardin, 2016, p. 201). Desta forma, para a análise das questões que resultaram em dados qualitativos, realizamos leitura flutuante das respostas dos estudantes, definimos categorias e unidades de registro temáticas com base nas discussões teóricas que realizamos a partir da pesquisa bibliográfica.

No que se refere aos aspectos éticos, serão seguidas as diretrizes da Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que normatiza as pesquisas envolvendo seres humanos. A pesquisa foi enviada para o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, por meio da plataforma Brasil, e os sujeitos envolvidos no estudo tiveram autonomia para decidir sobre sua participação e consentimento através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

A presente pesquisa pode oferecer riscos, como constrangimento, desconforto e ocupação de tempo do voluntário ao responder o questionário. Ainda será esclarecido para estes que todas as informações serão mantidas em sigilo, garantido o anonimato com a não identificação.

Por fim, foi elaborada uma proposta de medidas e ações, com base nos resultados da pesquisa e da bibliografia consultada. O objetivo é que esse produto possa ser colocado em prática, contribuindo para uma maior eficácia da assistência estudantil na modalidade de auxílio-alimentação no restaurante universitário.

Para identificar os estudantes assistidos, solicitou-se à PRAPE/COAPE a lista de todos os beneficiários do auxílio-alimentação no *campus* IV, incluindo seus endereços de e-mail.

A amostra selecionada foi composta por 412 estudantes. A partir dessa lista, foi enviado um questionário online estruturado no Google Forms. Antes de responder ao questionário, era necessário ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e a pesquisa só era prosseguida após a sua aceitação.

É importante destacar que houve dificuldades na obtenção das informações. Foram enviados e-mails aos estudantes em 29/12/2023, 09/01/2024 e 31/01/2024, totalizando 35 respostas, aproximadamente 8% da amostra. Deste total, 14,3% dos estudantes possuíam o auxílio-alimentação há menos de 3 meses e, atendendo aos critérios de exclusão, foram eliminados da amostra. Um dos estudantes se recusou a participar da pesquisa, não assinando o TCLE. Assim, a amostra pesquisada ficou com um total de **29** estudantes assistidos com pelo menos o auxílio-alimentação.

3.2 Caracterização dos estudantes assistidos

A primeira categoria teve como objetivo caracterizar os estudantes beneficiados, identificando o perfil dos sujeitos da pesquisa. Na tabela 2, estão compiladas as respostas às questões que englobam sexo, idade, raça ou cor, agrupadas.

Tabela 2 – Caracterização dos estudantes pesquisados

VARIÁVEIS		NÚMERO DE ESTUDANTES	PERCENTUAL (%)
FAIXA ETÁRIA (ANOS)	18 a 24	22	75,9%
	25 a 29	4	13,8 %
	30 a 39	2	6,9%
	40 ou >	1	3,4 %
RAÇA OU COR	Amarela	0	0
	Branca	20	69%
	Indígena	0	0
	Parda	7	24,1
	Preta	2	6,9%
SEXO	Feminino	8	27,6 %
	Masculino	21	72,4 %
TOTAL		29	100 %

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

Ao analisarmos a idade dos discentes que responderam a esta pesquisa, podemos observar que mais de 3/4 deles estão na faixa etária de 18 a 24 anos. Esse achado aproxima-se do "perfil" dos discentes dos cursos de graduação apresentado no Censo da Educação Superior 2022, quando a idade de ingresso correspondeu a 19 anos e a idade de conclusão a 23 anos (Inep, 2022). A meta 12 do PNE tem como um de seus objetivos elevar a taxa líquida de matrículas para 33% (trinta e três por cento) da população nessa faixa etária entre 18 e 24 anos, considerada o intervalo de idade esperado para se cursar o ensino superior.

Considerando o segundo percentual com maior concentração de estudantes, podemos dizer que 89,7% dos discentes são jovens, de acordo com o Estatuto da Juventude, que abrange os indivíduos na idade entre 15 e 29 anos (Brasil, 2013).

Também é possível observar que aproximadamente $\frac{1}{4}$ deste público é composto por discentes de "ingresso tardio". Segundo Barbosa (2022, p. 80), o ingresso tardio no Ensino Superior "não está relacionado ao desempenho pessoal ou a alta concorrência, mas sim devido a outras prioridades, como por exemplo a necessidade de ter um emprego em que o horário é incompatível com o curso".

Nesse mesmo estudo, os estudantes maduros atribuem os seus resultados insatisfatórios nos primeiros semestres à falta de ritmo nos estudos e não à diferença de idade.

Ao analisarmos os aspectos étnico-raciais, a maioria dos pesquisados, 20, se declararam brancos, enquanto apenas 07 e 02 discentes se declararam pardos e pretos, respectivamente. Ressaltamos que nenhum participante se declarou amarelo ou indígena. Dessa forma, considerando o grupo de pretos, pardos e indígenas (PPI), alcançamos um percentual de 31% dos discentes que responderam a esta pesquisa, alcançando o percentual estipulado na Lei de Cotas para este público.

Considerando ainda o fato de a cidade de Rio Tinto ser considerada um território indígena, a ausência de tais representantes pode advir do fato da bolsa permanência, não cumulativa com o auxílio restaurante, que tem como um de seus públicos o estudante indígena/quilombola. Desse modo, os discentes que recebem

esta bolsa tendem a escolhê-la, tendo em vista seu valor pecuniário de R\$ 900,00, que seria suficiente para custear as refeições de todo o mês, no valor ofertado pelo referido restaurante, além de cobrir outras despesas, mostrando-se mais vantajosa essa escolha e podendo ter sido o (um dos) motivo(s) para ausência deste público na pesquisa.

Em oposição aos resultados encontrados nesta pesquisa, o Censo do IBGE do ano de 2022 apresentou, pela primeira vez desde 1991, a predominância de pessoas que se declararam pardas, alcançando cerca de 92,1 milhões de pessoas (ou 45,3% da população do país). Neste mesmo censo, 88,2 milhões (43,5%) se declararam brancos, 20,6 milhões (10,2%), pretos, 1,7 milhões (0,8%), indígenas e 850,1 mil (0,4%), amarelas (IBGE, 2022).

Considerando que o grupo PPI representa 56,3% da população brasileira, segundo os dados citados, para alcançar condições de igualdade de representação nas instituições de ensino superior, é necessário fortalecer as políticas de inclusão e permanência na educação superior, além de implementar estratégias que fortaleçam as fases anteriores de formação, para reverter o quadro de sub-representação neste nível de ensino.

Como podemos inferir da Tabela 02, quase 72,4% dos respondentes desta pesquisa foram do sexo masculino. Esse percentual, apesar de elevado, apresenta proporção semelhante à verificada na análise do perfil dos estudantes assistidos com o auxílio-restaurante universitário neste *campus*, apresentada no capítulo anterior.

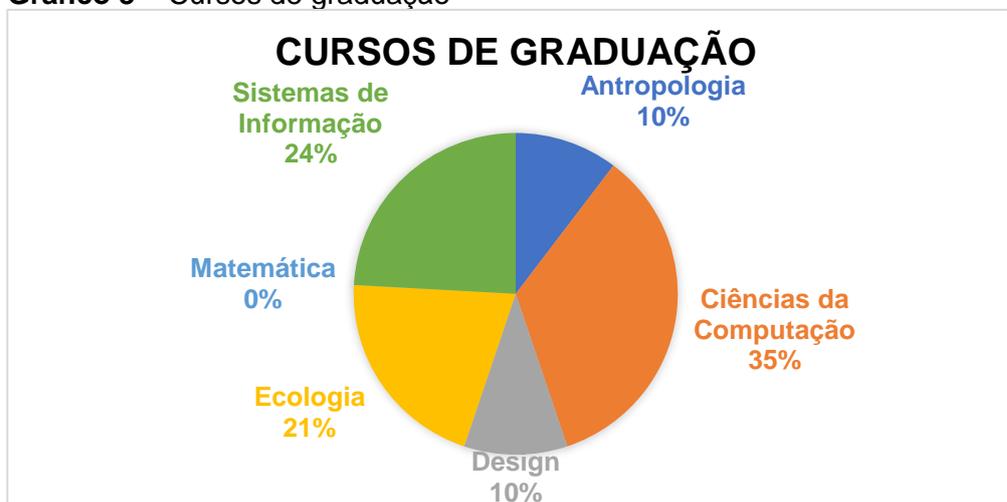
Essa proporção elevada entre estudantes do sexo masculino/feminino, no entanto, diverge do verificado no cenário da educação superior em todo o país, como registra o Censo da Educação Superior do INEP, referente aos dados de 2022, que demonstram a predominância das mulheres na educação superior, tanto no ingresso por processo seletivo, com 52,4% dos discentes do sexo feminino, quanto no número de matrículas, com 50,7% e na conclusão com 55,5% de mulheres neste nível de ensino (INEP, 2023), considerando dados de universidades federais, mas que se repetem em todas as modalidades de universidades públicas, bem como privadas.

Ao analisarmos essa situação, retomamos a fala de Pinto (2017, p. 47): "Na educação superior, o gendramento do conhecimento se expressa na concentração de mulheres nas ciências humanas, sociais e da saúde; e dos homens nas ciências exatas, naturais e tecnológicas."

Desse modo, considerando os cursos ofertados no referido *campus* (Ciências da Computação, Matemática, Sistemas de Informação, Ecologia, Antropologia e Design), verificamos a predominância de cursos que, historicamente, têm como maior público estudantes do gênero masculino. Portanto, verificamos que as relações de gênero podem ser um dos fatores que limitam a formação profissional das mulheres neste *campus*.

Considerando que a formação feminina no Ensino Superior foi permitida no final do século XIX, o ingresso de mulheres só apresentou incremento na década de 30 do século seguinte, impulsionado pela abertura dos cursos de Pedagogia. No entanto, nas décadas de 70 e 80, as mulheres já representavam aproximadamente 50% dos discentes matriculados em variados cursos das instituições (Ribeiro; Vieira, 2023). Considerando-se todo o quadro de opressão e subjugação a que as mulheres historicamente foram submetidas, e esse ingresso tardio nas instituições de ensino superior, faz-se necessário maior investigação em busca dos motivos dessa desproporção entre os gêneros e busca pela reversão desse quadro.

Posteriormente, os discentes foram questionados sobre a graduação que cursavam na instituição. A distribuição dos estudantes pesquisados pelos cursos da instituição distribui-se conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Cursos de graduação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos dados da pesquisa (2024)

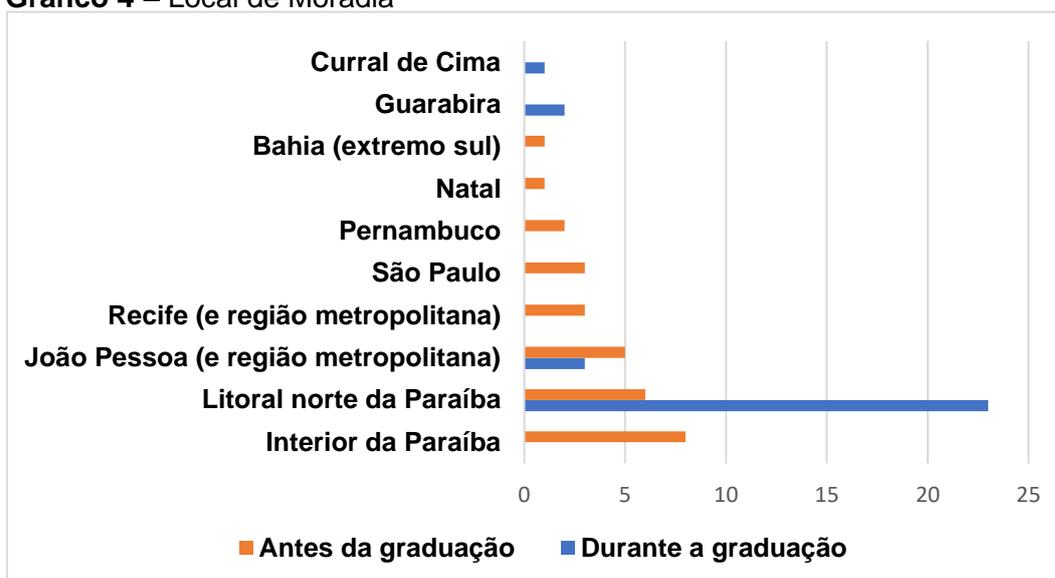
O maior percentual de participantes desta pesquisa concentrou-se no curso de Ciências da Computação; em segundo lugar, estão os discentes de Sistema da Informação; seguidos pelo curso Ecologia; empatados, os cursos de Antropologia e Design, com 10,3% dos discentes. Convém mencionar que apenas o curso de Matemática não teve participantes na pesquisa.

Apenas dois cursos — Sistemas de Informação e Ciências da Computação — contam com 58,6% da amostra, o que nos leva a questionar sobre o porquê dessa discrepância entre o número de assistidos. Consideramos relevante citar uma estratégia adotada pelas coordenações destes dois cursos, que costumam fazer acolhida aos ingressantes com apresentação da assistência estudantil ofertada no *campus*, juntamente com a CAES, o que pode estar atuando como facilitador para o ingresso destes estudantes na assistência estudantil.

Ao serem questionados sobre o local de moradia antes e durante a graduação, buscamos verificar se, e como, ocorreram as mudanças de domicílio para que tais discentes pudessem ingressar no Ensino Superior e o possível impacto inerente a mais uma mudança dentre tantas outras vivenciadas nesse período por esses jovens adultos, considerando o perfil médio desses. Em ambas as questões, foram

oferecidas, além das alternativas fechadas, a opção "outra", possibilitando uma resposta aberta caso a cidade desejada não estivesse entre as alternativas expostas. As respostas de ambas as questões foram reunidas no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Local de Moradia



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

Como podemos observar no gráfico 4, o interior da Paraíba foi o local com o maior número de estudantes provenientes, correspondendo a 27,6% do total; em seguida, empatados com 17,2%, estão a capital do estado: João Pessoa, e o Litoral Norte da Paraíba, região onde está inserido o referido *Campus*. É relevante apontar a presença de estudantes de outros 4 (quatro) estados diferentes, sendo 3 (três) desses estados da região Nordeste e 1 (um) da região Sul.

Tais dados corroboram com a maior mobilidade territorial prevista para os candidatos ao Ensino Superior a partir da implantação do processo de seleção ENEM/SISU, visto que com a realização de apenas uma prova, os estudantes podem pleitear uma vaga em cursos de graduação em universidades de todo o país, sem necessidade de comparecimento à cidade onde está localizada a IES, diferente do

que acontecia nos processos seletivos anteriores antes dessa unificação. Além de mais oportunidades para as classes subalternizadas, visto que aos filhos da elite sempre foi possível prestar seleções para diversas instituições, inclusive fora do país, essa mudança culminou ainda, em maior diversidade nos *campi* dessas instituições que aderiram a esta modalidade de seleção.

Ao responderem acerca do local de moradia durante a graduação, como esperado, o maior percentual de discentes afirmou morar no Litoral Norte da Paraíba, região onde está sediado o *Campus IV*. O segundo local com maior número de estudantes residindo é da região da grande João Pessoa, que engloba a capital e as cidades circunvizinhas. Outras duas cidades do estado também foram citadas como local de moradia durante a graduação destes beneficiários. Como ambas as cidades estão a cerca de 53 km do *campus* de Rio Tinto, provavelmente esse local se constitui como moradia desses estudantes e, ao responderem à primeira pergunta, estas cidades provavelmente foram englobadas na alternativa interior da Paraíba.

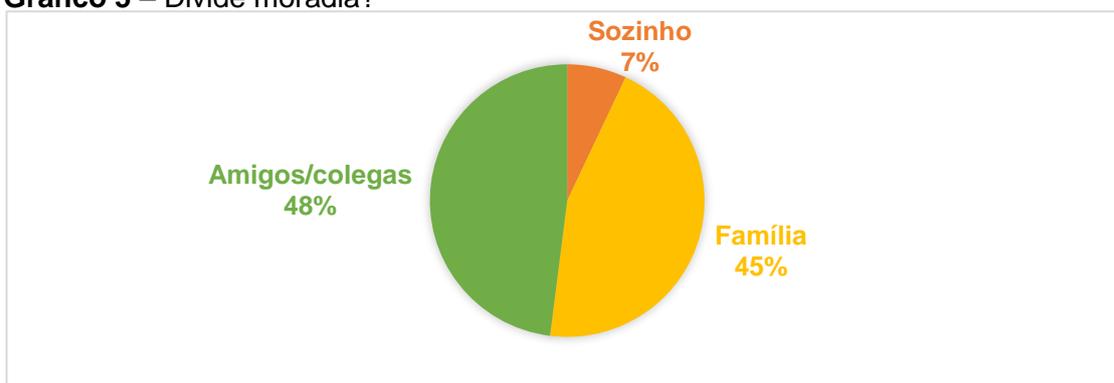
Podemos ressaltar que é verificada a presença de ônibus de algumas cidades circunvizinhas que fazem o percurso diariamente ao *Campus IV*, além de um ônibus da UFPB que vem da capital do estado, possibilitando aos estudantes residirem em seus locais de origem, ou apenas terem mais possibilidade de locais para residir, visto que Rio Tinto é uma cidade de pequeno porte, com escassez de moradias e outros tipos de hospedagens.

Desse modo, evidencia-se um efeito secundário do programa Expandir, traduzido no incremento da economia local, devido à capacidade das universidades atraírem esse público de diversas regiões do país.

Segundo Coulon (2017, p. 1242), o ingresso no ensino superior é permeado por uma série de rupturas simultâneas, dentre estas o referido autor cita: "(as) rupturas na vida afetiva, com a passagem a uma vida mais autônoma em relação à família". A partir dessa visão, questionamos os discentes acerca das pessoas com quem dividiam moradia e/ou se residiam sozinhos, na intenção de investigar se, caso tenha havido mudança de cidade, se houve ruptura da convivência com o núcleo familiar. Nessa

questão também foram oferecidas opções "fechadas" e a opção "outra", com possibilidade de resposta aberta. Demonstramos no gráfico, abaixo, a distribuição das respostas obtidas com esse questionamento.

Gráfico 5 – Divide moradia?



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos dados da pesquisa (2024)

Dado o exposto, verificamos que o maior percentual dos discentes abordados (48%) mora, agora, com amigos e/ou colegas, seguido dos discentes que residem com a família (45%) e, por último, verificamos que 7% dos discentes residem sozinhos. Desse modo, inferimos que, provavelmente, a maioria dos respondentes desta pesquisa passaram por esse processo de ruptura familiar devido o ingresso no Ensino Superior, podendo esta mudança constituir mais um obstáculo a transcorrer para a permanência destes na instituição.

3.3 Sobre os auxílios estudantis

Este subtópico aborda as questões relacionadas aos auxílios estudantis, tanto o auxílio R.U., quanto os outros auxílios que podem ser recebidos acumuladamente.

Ao serem questionados se, além do auxílio Restaurante Universitário, recebem mais algum auxílio estudantil, e qual auxílio recebem de forma acumulada, verificamos que a maioria (51,7%) dos(as) estudantes afirmaram possuir mais de um auxílio

estudantil. O recebimento acumulado destes auxílios demonstra maior vulnerabilidade, o que, de certo modo, pode demonstrar maior dificuldade em permanecer na instituição. Dentre esses estudantes, 53,3% informaram possuir o auxílio moradia e os demais (46,7%) informaram receber o auxílio transporte. Cabe ressaltar que nenhum dos respondentes desta pesquisa informou fazer jus ao auxílio residência, outra modalidade que poderia ser recebida acumuladamente.

Ao serem indagados sobre o processo de seleção para o auxílio restaurante universitário, um total de 12 estudantes, que correspondem a 41,4% dos participantes da pesquisa, informaram não ter conseguido o auxílio na primeira tentativa.

Gráfico 6 – Não ter conseguido o auxílio anteriormente



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

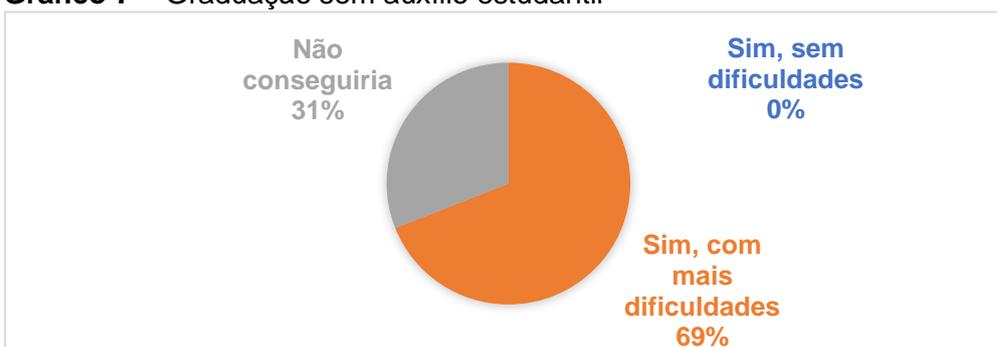
Ao serem questionados acerca do motivo de não haver conseguido obter o auxílio em seleção anterior, a metade dos discentes relataram dificuldade em juntar a documentação requerida em tempo hábil. Um dos estudantes ainda relatou de forma similar: "achei um pouco complexo o desenrolar e a confecção dos documentos", corroborando com a resposta da maioria dos pesquisados.

Da totalidade dos abordados, apenas 33% relataram haver sido excluídos em outros processos seletivos, por não se enquadrarem no perfil para obter o referido auxílio. Desse modo, podemos inferir que 66,7% dos estudantes poderiam ter

recebido o auxílio estudantil de forma antecipada, caso as etapas da seleção fossem um obstáculo mais facilmente transponível, quer pela simplificação do processo e/ou por maior suporte aos discentes nesse processo.

Ao questionarmos os discentes sobre a viabilidade em permanecer na instituição sem o auxílio estudantil do Restaurante Universitário, buscamos entender a capacidade deste auxílio em melhorar as condições de permanência dos respondentes desta pesquisa. As respostas à essa questão estão ilustradas no gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Graduação sem auxílio estudantil



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

Podemos observar que pouco menos de 2/3 dos discentes (69%) relataram que conseguiriam cursar seus cursos de graduação caso não recebessem o auxílio restaurante universitário, porém, com mais dificuldades.

Importante enfatizar que 31% dos estudantes relatam que estariam excluídos de cursar a graduação e que nenhum dos estudantes relatou que "conseguiria sem dificuldades", demonstrando a relevância para os beneficiários consultados do referenciado auxílio permaneçam na instituição.

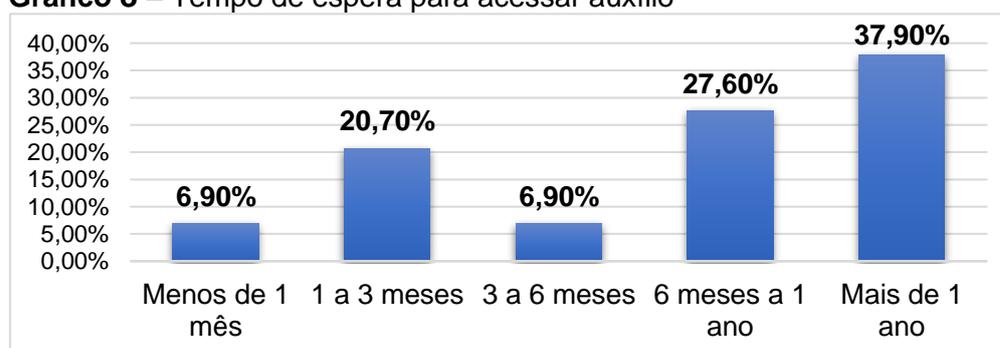
Ao serem questionados sobre o ingresso na utilização da assistência estudantil através de processo de seleção simplificada, um total de 25 estudantes informaram terem participado desta modalidade de seleção.

Considerando os critérios para participação desta modalidade de seleção, estão incluídos os ingressantes cotistas, os ingressantes pela ampla concorrência, mas que se enquadram nos critérios das cotas, ou contemplados com o apoio estudantil emergencial. Desse modo, podemos inferir que, pelo menos 86,2% dessa amostra enquadra-se em um alto grau de vulnerabilidade, visto a forma de ingresso, que delimita seu público baseando-se no perfil socioeconômico.

Diante dessa maior vulnerabilidade, tiveram a possibilidade de acessar o referido auxílio estudantil de forma simplificada e abreviada, o que pode justificar a inclusão desses estudantes em um período reduzido, comparado a seleções anteriores.

Ao serem indagados sobre o intervalo de tempo decorrido entre o ingresso na instituição e a contemplação com o auxílio restaurante universitário, pode ser verificado que o maior percentual dos discentes (37,9%) cursou, pelo menos, 2 semestres inteiros sem o auxílio estudantil restaurante universitário.

Gráfico 8 – Tempo de espera para acessar auxílio



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

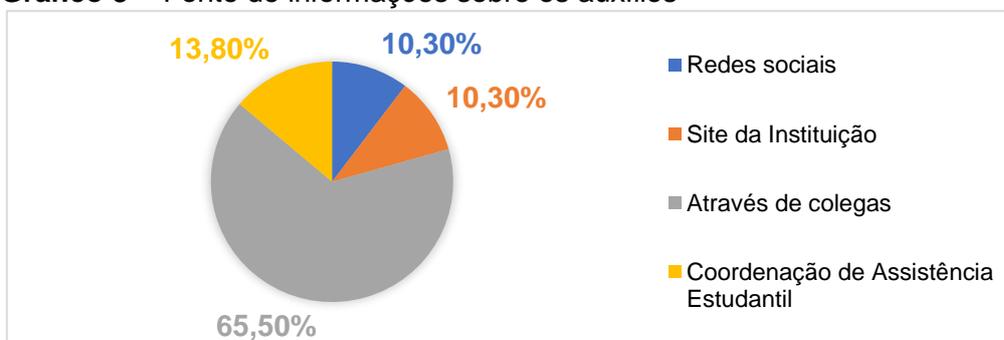
Em contrapartida, os 03 menores intervalos de tempo atingiram juntos o percentual de apenas 33,5% da amostra. Ao considerarmos estudantes mais vulneráveis, manter-se apenas um mês em uma instituição de ensino sem nenhum auxílio pode ser um grande desafio, principalmente no caso dos estudantes

provenientes de outras cidades/estados, que não possuem suporte algum, quer seja de moradia, alimentação, transporte, entre outros.

Vale considerar que os respondentes desta pesquisa possuem tanto ingresso na instituição quanto acesso aos referidos auxílios em períodos variados e através de seleções diversas. Entretanto, se fossemos considerar o tempo de espera desejado para a inserção de novos estudantes na assistência estudantil em 2023, segundo o último relatório de gestão da instituição, estes estudantes estariam distantes de atingir a meta prevista de 45 dias. No entanto, as seleções simplificadas devem reduzir progressivamente a lacuna entre a entrada na universidade e o acesso à assistência estudantil, principalmente no caso dos discentes mais vulneráveis, que ingressam através das cotas sociais, porém, se considerarmos os estudantes mais vulneráveis, manter-se apenas um mês em uma instituição de ensino sem nenhum auxílio pode ser um grande desafio, principalmente no caso dos estudantes provenientes de outras cidades/ estados, que não possuem o mínimo suporte, quer seja de moradia, alimentação, transporte, entre outros.

Ao serem questionados sobre como obtiveram conhecimento sobre os auxílios estudantis, buscamos verificar a existência de uma divulgação efetiva dos editais que são lançados a cada semestre e que normatizam os processos de seleção para os programas da assistência estudantil da instituição. Essas respostas contam no gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Fonte de informações sobre os auxílios



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

Essas informações são divulgadas no site da instituição, nas páginas de redes sociais da Direção de Centro, da CAES, da PRAPE, das coordenações e através das informações prestadas pela equipe profissional da CAES no início de cada período letivo, nos programas de recepção, tentando obter um bom alcance da maioria do alunado a informações fundamentais para sua vida escolar.

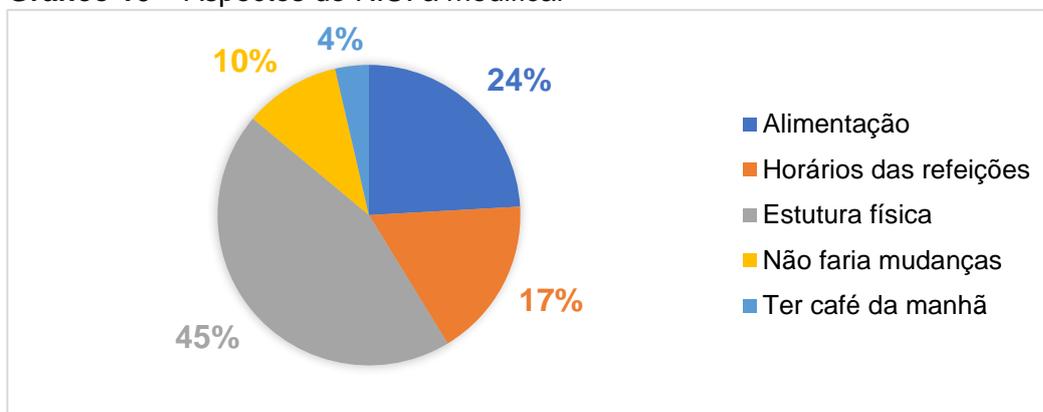
Nesta pesquisa, a maioria (65,5%) dos estudantes afirmou que obteve informações sobre a Assistência estudantil por colegas, seguida dos que se informaram através de divulgação pela CAES (13,8%) e outros pelo site da instituição (10,3%) e redes sociais (10,3%).

Desse modo, verificamos que meios não oficiais foram os mais relevantes para a divulgação dessa informação, que pode impactar nas condições de permanência desses indivíduos.

3.4 Percepções sobre os auxílios estudantis

Nesta seção, vamos apresentar as diferentes percepções dos estudantes acerca dos auxílios estudantis, seus modos de funcionamento, o nível de satisfação e as possíveis relações entre a condição de permanência e o acesso.

Ao serem questionados sobre a necessidade de mudanças diretamente relacionadas ao Restaurante Universitário do *Campus IV*, obtivemos a distribuição das respostas conforme consta no gráfico a seguir.

Gráfico 10 – Aspectos do R.U. a modificar

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados da pesquisa (2024)

O maior percentual de respostas (44,8%) concentrou-se no item estrutura física. Ao analisarmos a motivação dessa maior escolha, supomos que, apesar desse restaurante possuir estrutura “nova” e com reformas recentes, diferente da maioria dos outros restaurantes da instituição, não possui sistema de refrigeração. Desse modo, essa insatisfação possa estar relacionada ao desconforto térmico aos seus comensais durante a sua utilização, bem como à sensação de espaço insuficiente, se comparado aos outros restaurantes da instituição. O R.U. do *campus* em questão também conta com o menor número de assistidos dentre os outros *campi*.

Dos empecilhos para o contorno da situação de desconforto técnico, temos conhecimento pela vivência no referido centro, de que a rede elétrica desse *Campus* não suporta o adicional de carga dispendido pelos aparelhos de refrigeração necessários, gerando a necessidade de maior investimento para adequação.

Convém mencionar que os discentes assistidos com o auxílio R.U. podem fazer uso dos restaurantes de todos os outros *campi* da instituição, quando no desenvolvimento de atividades acadêmicas, sendo frequente o questionamento na não uniformidade desses restaurantes. No entanto, cada *Campus* possui suas peculiaridades e devido ao número de comensais, tamanho e localização dentro do

Campus, horário das aulas, entre outros, cada restaurante possui suas particularidades, como qualquer outro serviço de alimentação e nutrição.

O segundo item mais citado como necessidade de mudança foi a alimentação, com 24% das respostas. Segundo pesquisa de satisfação realizada pela SRU em 2022, este restaurante apresentou um grau de satisfação elevado, sendo o restaurante que apresentou o maior do ranking, em comparação aos demais.

Contando com 17, 2% das respostas, o horário das refeições segue em terceira posição das mudanças consideradas necessárias para o restaurante citado. Considerando que este restaurante possui o menor público atendido, também possui o menor horário de distribuição das refeições, o que pode ser reflexo do fato de possuir muitos estudantes provenientes de outros municípios e dependem do horário de seus transportes, podendo o horário de funcionamento do restaurante influenciar a sua não utilização.

Como mencionado anteriormente, a comparação com o funcionamento dos outros *campi* pode estar sendo levada em consideração, sendo este o restaurante com menor tempo de funcionamento. No entanto, ao levarmos em conta restaurantes com maior número de comensais, temos uma maior rotatividade e menor tempo do alimento exposto para distribuição. No caso de um restaurante de pequeno porte, como o levado em conta nesta pesquisa, o contrário é verdadeiro, podendo levar a maiores riscos relacionados à sanidade dos alimentos.

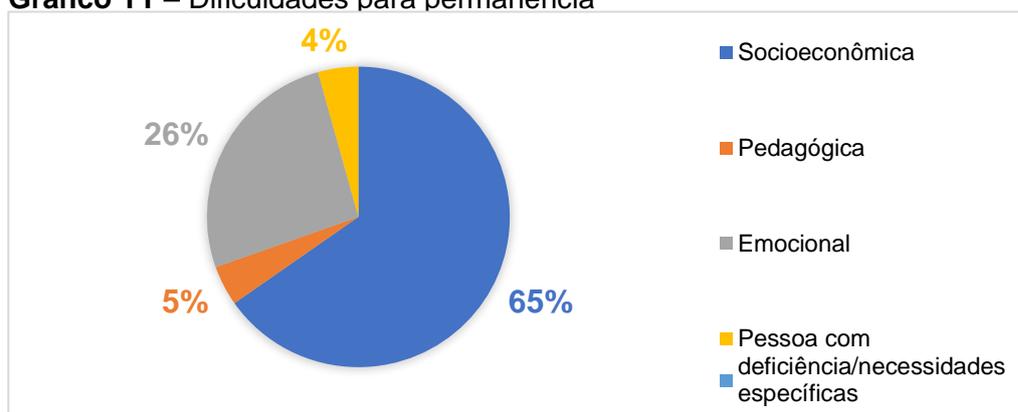
Um percentual de 10,3% dos beneficiários indicou a opção “não faria mudanças”, indicando satisfação em relação ao auxílio restaurante universitário.

A única sugestão que não estava contemplada nas opções dadas foi “Ter café da manhã”, retratando o desejo pela inserção da refeição do desjejum. Como relatado, este é o único restaurante que não possui esta refeição, no entanto, segundo critérios estabelecidos pelo PNAES, a refeição desjejum destina-se apenas para os(as) estudantes (as) residentes. Dessa forma, considerando que nenhum dos estudantes participantes desta pesquisa relataram acumular o auxílio residência universitária, mesmo que na existência do desjejum, esses não teriam acesso à mesma. Dessa

forma, podemos inferir que de certa maneira, faltam informações acerca do PNAES e talvez a disseminação de tal informação pudesse, de certo modo, reduzir essa insatisfação.

Ao questionarmos os estudantes em relação à dificuldade em permanecer na instituição, dentre as listadas, buscamos captar os percalços enfrentados por esse público na busca pelo êxito acadêmico. Ao responderem essas questões, 72,4% dos participantes da pesquisa, relataram sentir dificuldade em permanecer na universidade durante a realização de seu curso de graduação. Ao questionarmos qual o tipo de dificuldade se sobressai nesse percurso, obtivemos a distribuição que pode ser visualizada no gráfico abaixo.

Gráfico 11 – Dificuldades para permanência



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

A questão socioeconômica foi relatada como a maior dificuldade enfrentada, por 65,2% dos respondentes desta pesquisa. Em pesquisa realizada por Ganam e Pinezi (2021), a condição financeira também foi o primeiro e determinante entrave aos estudantes das camadas populares para o desenvolvimento de seu curso de graduação, tendo sido o mais citado e problematizado nas entrevistas e nos momentos de observações da referida pesquisa. Ainda na perspectiva desta pesquisadora (Ganam; Pinezi, 2021, p. 7): “A sobrevivência concreta cotidiana e a forma de viabilizá-la objetivamente perpassa toda a trajetória acadêmica desses

estudantes e, por vezes, pode retirar do (a) estudante a concentração necessária para dar resposta aos estudos”.

As questões emocionais foram apontadas em segundo lugar (26,1%), seguidas então das questões pedagógicas e posteriormente das necessidades específicas. Percebermos que as questões pedagógicas são o fator menos citado, apesar da crença relacionada ao percurso formativo desses estudantes, que pode vir a ser um limite para o seu êxito acadêmico. No entanto, a condição econômica ameaça a permanência destes estudantes, antes de qualquer outra. Cabe ressaltar que, apesar desses fatores terem sido abordados de forma isolada, as dificuldades enfrentadas para permanência são complexas e esses elementos estão de alguma maneira interrelacionados.

Retomando o conceito da Segurança Alimentar e Nutricional abordado nesta pesquisa, gostaríamos de ressaltar que “[...] o acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas” (Brasil, 2006). Desse modo, tão relevante quanto a disponibilidade de alimentos em qualidade e quantidade adequadas, precisa existir a certeza da disponibilidade desta alimentação adequada no decorrer do tempo. Considerando tal conceito, questionamos os estudantes sobre o receio em perder o benefício citado. As respostas à essa questão estão ilustradas no gráfico abaixo.

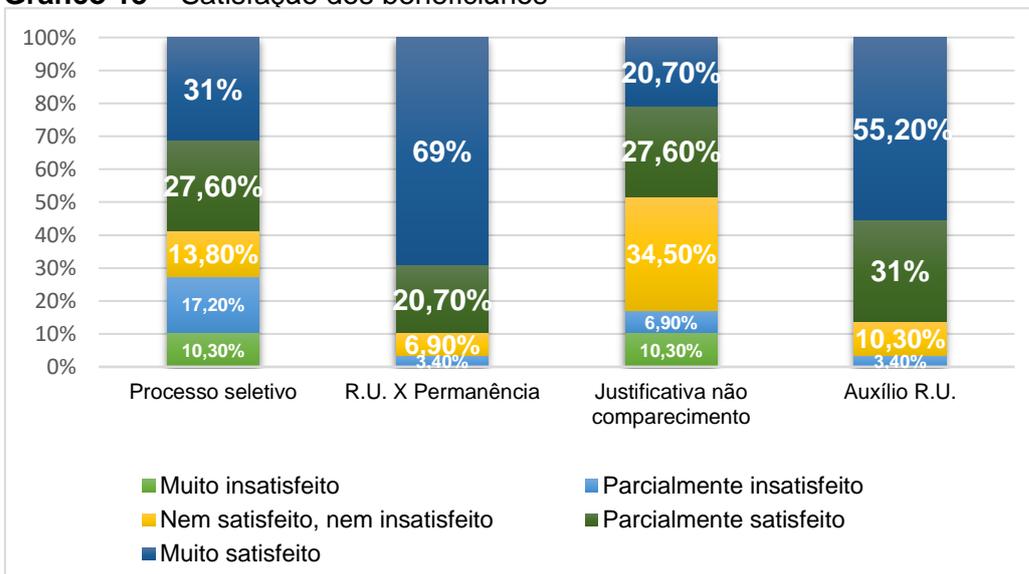
Gráfico 12 – Receio de perder o auxílio

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

Desse modo, verificamos que quase 80% dos discentes assistidos possuem receio de perder este auxílio. Como abordado anteriormente, as instituições podem acrescentar critérios de elegibilidade para inclusão no programa de assistência estudantil, como também elaborar regras próprias para exclusão dos beneficiários. Na UFPB são utilizados critérios como desempenho acadêmico e frequência aos restaurantes como fatores para manutenção do acesso ao auxílio. Diante desses critérios, os estudantes podem avaliar a perda do auxílio como factível e por esse motivo o receio em perdê-lo.

A seguir, utilizamos a escala do tipo Likert¹¹, para questionarmos os estudantes assistidos acerca da satisfação com processo de seleção do auxílio estudantil do Restaurante Universitário; da capacidade do restaurante em colaborar para a sua permanência no curso; com a necessidade de justificativa por não comparecimento ao restaurante mediante um período superior a 15 dias; e acerca do auxílio estudantil R.U. em si. Os resultados obtidos estão descritos no gráfico a seguir.

¹¹ Neste trabalho, compreendemos a escala Likert como uma proposição que busca verificar o nível de concordância ou discordância do sujeito a partir de uma série de afirmações que expressam algo favorável ou desfavorável em relação ao objeto.

Gráfico 13 – Satisfação dos beneficiários

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2024)

Podemos observar que os maiores índices de satisfação estão relacionados com a capacidade deste auxílio em fomentar as condições de permanência na instituição e em relação à satisfação com o auxílio R.U., com 69% e 55,2% dos estudantes, respectivamente, afirmando estarem muito satisfeitos. Em relação a esses dois aspectos, ambos apresentaram um pequeno percentual de estudantes (3,4%) que relatou estar parcialmente insatisfeito e nenhum estudante relatou estar muito insatisfeito. Desse modo, podemos inferir que os participantes da pesquisa demonstraram uma percepção positiva em relação aos aspectos citados da referida modalidade de assistência estudantil.

Em relação ao processo seletivo, mais da metade dos estudantes (58,6%) apresentaram avaliação positiva (muito satisfeitos/parcialmente satisfeitos). Quanto à necessidade de justificativa por não comparecimento, o maior percentual (34,5%) concentrou-se na neutralidade (nem satisfeito/ nem insatisfeito), no entanto, houve um percentual de estudantes (10,3%) que relatou estar muito insatisfeito com esses dois aspectos da assistência estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de busca pela democratização do ensino superior, as políticas de permanência desempenham um papel relevante no êxito acadêmico, especialmente dos estudantes provenientes de camadas historicamente subalternizadas. Para tanto, esta pesquisa teve como objetivo analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), concentrando-se nas percepções dos discentes assistidos pelo Restaurante Universitário do *Campus* IV - Rio Tinto. A pesquisa revelou dados importantes sobre o perfil dos estudantes beneficiados e suas percepções sobre o auxílio oferecido pelo restaurante universitário.

A análise demográfica mostrou que a maioria dos beneficiados são jovens, com 75,9% na faixa etária de 18 a 24 anos. Este dado está alinhado com o perfil dos discentes de cursos de graduação apresentado no Censo da Educação Superior 2022. Além disso, 89,7% dos estudantes enquadram-se na definição de juventude segundo o Estatuto da Juventude, que abrange indivíduos entre 15 e 29 anos.

Em relação ao aspecto étnico-racial, 69% dos discentes se declararam brancos, enquanto 31% se identificaram como pardos e pretos. Apesar desses dados estarem em consonância com a Lei de Cotas, contrastam com o verificado no censo do IBGE referente ao ano de 2022, que apresentou, pela primeira vez, a predominância de pessoas que se declararam pardas (45,3%). A ausência de estudantes indígenas pode ser explicada pela escolha da bolsa permanência, que oferece um valor pecuniário mais alto e não é cumulativa com o auxílio restaurante.

Outro resultado acerca da distribuição por gênero mostrou uma predominância masculina, com 72,4% dos respondentes sendo homens, uma situação que contrasta com o cenário nacional onde as mulheres predominam na educação superior. Esta diferença poderia ser atribuída à concentração dos cursos oferecidos no *Campus* IV em áreas tradicionalmente masculinas, como Ciências da Computação e Sistemas de

Informação.

O estudo em questão revela ainda que a maioria dos estudantes entrevistados (51,7%) recebe mais de um tipo de auxílio estudantil, como auxílio moradia (53,3%) e auxílio transporte (46,7%). Este dado reflete uma maior necessidade de suporte financeiro, indicando que esses alunos possivelmente enfrentam dificuldades adicionais para se manterem na universidade.

Além disto, os dados sobre a procedência e residência dos estudantes indicaram muitos discentes vindo do interior da Paraíba e outras regiões, evidenciando tanto a mobilidade geográfica e diversidade do corpo estudantil, quanto a ruptura do vínculo familiar vivenciada por esses jovens neste período.

De modo específico, as percepções dos discentes sobre o auxílio do restaurante universitário foram analisadas e categorizadas em três principais áreas: perfil dos assistidos, acesso aos auxílios estudantis e percepções específicas sobre o auxílio do restaurante. A pesquisa revelou que a maioria dos estudantes avaliam de forma positiva o auxílio do RU e reconhece a capacidade deste em melhorar as condições de permanência, mesmo que apontem também sugestões de possíveis melhorias, como as relacionadas à infraestrutura do restaurante, às refeições ofertadas e aos horários destas.

Um ponto significativo levantado pela pesquisa é a complexidade e as dificuldades do processo de seleção para os auxílios. Muitos estudantes (41,4%) relataram não ter conseguido o auxílio Restaurante Universitário na primeira tentativa, principalmente devido à dificuldade em reunir a documentação necessária dentro do prazo. Este obstáculo sugere a necessidade de simplificar o processo e fornecer maior suporte aos alunos para facilitar a obtenção dos auxílios.

Também é válido comentar que os dados mostram que a maioria dos estudantes (65,5%) obteve informações sobre os auxílios por meio de colegas, e não por canais oficiais da universidade. Isso pode indicar uma falha na comunicação institucional e a necessidade de melhorar a divulgação dos editais e informações sobre os programas de assistência estudantil.

Neste cenário, embora 69% dos entrevistados afirmem que conseguiriam continuar seus estudos sem o auxílio, eles destacam que enfrentariam maiores dificuldades. Por outro lado, 31% dos estudantes relataram que não conseguiriam cursar a graduação sem esse suporte, evidenciando a relevância do auxílio para evitar a evasão escolar.

Em termos de satisfação, os estudantes expressaram a necessidade de melhorias na estrutura física do Restaurante Universitário (44,8%) e em aspectos relacionados à alimentação (24%). Além disso, 17,2% dos estudantes sugeriram mudanças nos horários das refeições. No entanto, apesar dessas indicações, a maioria dos estudantes demonstrou satisfação com o auxílio Restaurante Universitário. Eles reconhecem a importância deste benefício para sua permanência na universidade, com 69% dos respondentes muito satisfeitos com a capacidade do auxílio em contribuir para a sua permanência. Além disso, quase 80% dos discentes têm receio de perder o auxílio, o que pode ser atribuído aos critérios de elegibilidade e manutenção do benefício, como desempenho acadêmico e frequência ao restaurante. Isso sugere que a universidade deve considerar formas de flexibilizar esses critérios para garantir que os estudantes mais vulneráveis não sejam excluídos.

Também a questão socioeconômica foi apontada como a maior dificuldade enfrentada pelos estudantes (65,2%), seguida de questões emocionais (26,1%). Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas que não apenas ofereçam suporte financeiro, mas também abordem o bem-estar emocional e pedagógico dos alunos.

A análise dos auxílios estudantis na instituição demonstra a relevância desses programas, no entanto, há necessidade de melhorias no processo de seleção, na divulgação das informações e na estrutura dos serviços oferecidos. A satisfação geral dos estudantes com os auxílios mostra que, apesar dos desafios, esses programas são vitais para apoiar a educação de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, a universidade deve continuar a aprimorar suas políticas de assistência estudantil para garantir que todos os alunos tenham acesso aos

recursos necessários para concluir seus estudos com sucesso.

Com base nos resultados e percepções dos estudantes, delineamos os seguintes passos para aprimorar a política de assistência estudantil na UFPB.

- Alimentação: implementar um sistema de feedback contínuo para garantir a qualidade e a satisfação dos beneficiados em relação às refeições.
- Infraestrutura do Restaurante: investir em melhorias na infraestrutura do restaurante universitário para oferecer um ambiente mais confortável e adequado.
- Divulgação dos Processos Seletivos: aumentar a divulgação dos processos seletivos para os auxílios estudantis, garantindo acesso igualitário às informações.
- Aprimoramento e expansão das seleções simplificadas para todo o público estudantil, no momento da matrícula ou em momento anterior ao ingresso efetivo.
- Acompanhamento Contínuo: estabelecer um sistema de acompanhamento contínuo das percepções dos estudantes sobre os auxílios recebidos, permitindo ajustes e melhorias constantes.

Esses passos visam não apenas aprimorar o programa de assistência estudantil, mas também fortalecer a permanência e o sucesso acadêmico dos discentes, promovendo uma universidade mais inclusiva e acolhedora.

No mais, os próximos passos para este estudo são idealizar a aplicação dos passos/sugestões citados(as) a partir de uma análise mais aprofundada dos dados: realizar uma análise mais detalhada dos dados coletados, explorando correlações entre diferentes variáveis e identificando padrões ou tendências específicas. Pensar na possibilidade de aplicação de entrevistas qualitativas com questionário aberto para compreender melhor as experiências dos estudantes beneficiários dos auxílios, suas percepções sobre os serviços oferecidos e as sugestões de melhorias. Também

prevemos uma pesquisa de campo para obter *insights* adicionais sobre as necessidades e desafios dos estudantes, bem como sobre a eficácia das políticas de assistência estudantil implementadas. Ademais, é possível fazer comparação com outras instituições de ensino superior para identificar boas práticas e possíveis áreas de melhoria na política de assistência estudantil. Por fim, colocar em prática as recomendações desenvolvidas, trabalhando em colaboração com as autoridades da instituição e outras partes interessadas relevantes para implementar mudanças efetivas nos programas de assistência estudantil.

REFERÊNCIAS

ASSIS, A. CASSIS, A. C. L. et. al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. *Revista GUAL*, v. 6, n. 4, p. 125-46, ed. esp. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125>.

Acesso em: 27 maio 2024.

BARBOSA, A. S.; Oliveira, A. B. O ingresso tardio na universidade: desafios enfrentados pelos “estudantes maduros” do curso de química. *Revista Ciências & Ideias*, v. 13, n. 2, p. 69-82, abr./jun. 2022. Disponível em:

<https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/reci/article/view/1988>. Acesso em: 27

maio 2024.

BARBOSA, J. d. P. **Evasão e permanência de discentes nos cursos de graduação presenciais do centro de ciências exatas e da natureza (CCEN/UFPB): um estudo de caso dos cursos de graduação em matemática, 2023**. Dissertação. (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26745?locale=pt_BR. Acesso: 27

maio 2024.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTIANI, S. C.; ARBAGE, L. A. As políticas para expansão e democratização do acesso à educação superior no cenário brasileiro. *Revista Pedagógica*, v. 20, n. 44, p. 137-152, maio/ago. 2018. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3673>.

Acesso em: 27 maio. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES**. Diário oficial da União. Brasília-DF, 19 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. Financiamento da Educação Superior no Brasil: impasses e perspectivas. (Org.). In: AMARAL, N. C. **A cobrança de mensalidade nas universidades federais: uma fonte alternativa viável?** Goiânia: Universidade Federal do Goiás, [2018?]. E-book. [Brasília, n. 1. Câmara dos Deputados, Edições Câmara]. 2018 Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/Artigo_sobre_cobranca_de_mensalidades_n

[as universidades \(Nelson Cardoso do Amaral\).pdf](#). Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 16 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm
Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 12 jul. 2001.

BRASIL. Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 13 jan. 2005.

BRASIL. Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 05 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Brasília-DF, 15 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2e_d.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES-2018. *In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Fórum [...] Brasília: Andifes, 2019.* Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p.545-562, set.-dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BbvHJPJGSYw9TCWrYS7mfmb/>. Acesso em: 27 maio 2024.

CASTELO BRANCO, U.V.; NAKAMURA, P.H; JEZINE, E; Permanência na educação superior no Brasil: construção de uma escala de medida. **Revista de la Asociación de Sociología de la Educación**, v. 10, n. 2, p. 209-224, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6002233.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

CASTELO BRANCO, U.V.; JEZINE, E; NAKAMURA, P.H. Políticas de expansão de acesso e permanência na UFPB (1996-2012). *In: Colóquio Internacional de pesquisas em educação superior*, João pessoa: UFPB, 2014. v.1, p.1-18.

CARVALHO, E. S. **Permanência na Educação Superior: Contribuições da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo**. 2020. Dissertação. (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18165?locale=pt_BR. Acesso em: 03 mar. 2023.

COSTA, F. **Acesso e permanência no ensino superior: uma análise para as universidades federais brasileiras**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31802>. Acesso em: 27 maio 2024.

COSTA, C. F.; SILVA, S. M. G. Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 6-35, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/jdrK4vfrC7cwLvN3DXBRR8b/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Coulon, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educação E Pesquisa. Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 27 maio 2022.

da Cruz, A. G.; Costa de Paula, M. de F. Políticas de Inclusão na Educação Superior no Brasil: fatos e contradições / Inclusion Policies in Higher Education in Brazil: facts and contradictions. **Educação Em Foco**, v. 21, n. 35, p. 53-74, dez. 2018. Disponível em:

<https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1489>. Acesso em:

27 maio 2024.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 31, n. 113, p.1.223-1.245, out-dez, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHCtq>. Acesso em: 14

maio 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, Educação e Democracia no Brasil: Retrocessos e Resistências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 1-24, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/vsCq3LjxSXYrmZDgFWwk7tG> Acesso em: 14 maio

2022.

FIALHO, M. G. D; PRESTES, E. M. T.. Evasão Escolar no curso de Pedagogia da UFPB: Na compreensão dos gestores educacionais. *MPGOA, João Pessoa*, v. 3, n 1, p. 42-63, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/mpgoa/article/view/19005/11048> . Acesso

em: 23 mar. 2023.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>

Acesso em: 23 mar. 2023.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M.. Desafios da Permanência Estudantil Universitária: Um Estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por Programas de Assistência Estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, p. 1-18, jul. 2019/mar. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 23 mar. 2023.

Galindo, E. et al. 2021. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, Berlin: Freie Universität Berlin, n. 4, 2021. Disponível em : <https://refubium.fuberlin.de/handle/fub188/29813>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOERGEN, P.. (2010). Educação superior na perspectiva do sistema e do Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, v. 31, n.112, p. 895-917. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/g4HrdPfYw6s6r6mKTRYYNtw>. Acesso em: 23 mar. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

IMPERATORI, T.K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 ago. 2022.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo da Educação Superior 2022**: principais Resultados. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 23 nov. 2023.

de JESUS, R. C. D. P.; MEIRELES, E. **Caderno temático IV**: políticas afirmativas no ensino superior. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. E-book. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Caderno_temático_IV_políticas_afirmativas_no_ensino_superior.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

JEZINE, E.; SANTOS, J. B. dos. A dinâmica do acesso à educação superior brasileira: do público ao privado. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 25, p. 1-18, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64492/39048>. Acesso em: 27 maio 2024.

KOWALSKI, A. V. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137> Acesso em: 27 maio 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCIANO, C. dos S.; CORREA, P. B.. (2022). A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 3, p. 478–487. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Fj4dmMWrgfhfSn3DxBvctSLM/> Acesso em: 27 maio 2024.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 0, p. 161–192, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944> Acesso em: 19 ago. 2022.

MANCEBO, D.; Martins, T. B. Expansão do ensino a distância: pressupostos para sua análise e marcos regulatórios. *In*: Mancebo, D.; Silva Júnior, J. R. (Orgs.). Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012. p. 117-146.

MANCEBO, D., VALE, A. A. D.; MARTINS, T. B.. (2015). Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil (1995-2010). **Revista Brasileira De Educação**, v. 20, n.60, p. 31–50. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwkGxsJgg7vSCC4xk/> Acesso em: 30 maio 2024.

MUSSIO, Bruna Roniza. A alimentação no âmbito da assistência estudantil para o ensino superior: uma análise das universidades federais brasileiras. 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul. *Campus Chapecó*. Dissertação. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/browse?type=author&value=Mussio%2C+Bruna+Roniza> Acesso em: 27 maio 2024.

NOGUEIRA, M. B. H.; Pereira, S. C. L.; Carrara, V. A. (2022). Política de Segurança Alimentar e Nutricional no enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares. **Revista Katálysis**, v. 25, n.3, p. 507–516. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/p8ddgJtZPCnqt5jDZMpPvrP> Acesso em: 30 maio 2024

PAULA, M. de F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 22, n. 2, p. 310-315, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KYs6H9L5YpppTCZHpHGd8SK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 maio 2024.

PEIXOTO, M. C. L. Políticas para a democratização do acesso e a inclusão social na educação superior no Brasil. In: PAULA, M. F. C.; FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (Org.). *Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina*. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2011. p. 217-244.

PINHEIRO, A. R. de O., & Carvalho, M. de F. C. C. de .. (2010). Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**. Pelotas, v.15, n. 1, p. 121-130. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yV8gXL7yTTbvnqqSh6WnLts/> Acesso em: 20 jun. 2022.

PINTO, É. J. S.; CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. As relações de gênero nas escolhas de cursos superiores. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 10, n. 22, p. 47–58, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/6173>. Acesso em: 8 fev. 2024.

PORDEUS, A. G. **A Importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil para a Permanência e o Êxito acadêmico de estudantes cotistas no Instituto Federal de Educação da Paraíba**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

REDE PENSSAN. Inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto de pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, out. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18047>. Acesso em: 27 maio 2024.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 867-889,

2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SILVA JUNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. 1ª Edição Eletrônica, Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo_jo_o_dos_reis. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOUSA, A. de A. **Expansão do Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB. 2021**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22533?locale=pt_BR. Acesso em: 20 ago. 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 15 abr. 2022.

UFPB. **Relatório de gestão: exercício 2022**. UFPB: PROGEP, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://progep.ufpb.br/progep/contents/documentos/relatorio%20de%20gestao/relatorio-de-gestao-2022.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

UFPB. Resolução Nº 12/2021, de 26 de novembro de 2021. **Estabelece o Apoio Estudantil Emergencial para estudantes em situação de extrema vulnerabilidade social**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/documentos/legislacao/resolucao-12-2021-consuni-apoio-emergencial.pdf/view>. Acesso em: 30 maio 2023.

UFPB. Resolução n.º 29, de 31 de agosto de 2010. **Cria e estrutura a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante**. Disponível em: https://www.ufpb.br/prape/contents/documentos/arquivos-de-texto/Runi29_2010.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Perguntas que construíram o questionário aplicado com discentes, via *Google Forms*

PESQUISA: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: PERCEPÇÕES DOS DISCENTES ASSISTIDOS PELO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS IV - RIO TINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (PPGAES)/CENTRO DE EDUCAÇÃO

Olá, sou pesquisadora do PPGAES e convido você a participar da pesquisa Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Paraíba: percepções dos discentes assistidos pelo Restaurante Universitário do Campus IV-Rio Tinto.

Você tem acesso ao auxílio estudantil Restaurante Universitário (R.U.) do Campus IV? (Esta pergunta constitui um critério de exclusão para participação na pesquisa).

- Possuo o auxílio R.U. há mais de 03 meses
- Possuo o auxílio R.U. há menos de 03 meses
- Não possuo o auxílio R.U.

TCLE (APÊNDICE B)

Perfil dos assistidos

1 Cursos:

- Antropologia
- Ciências da Computação
- Design
- Ecologia
- Matemática
- Sistemas de informação

2 Idade:

- menos de 18 anos
- 18 - 24 anos
- 25 - 29 anos
- 30 - 39 anos
- 40 anos ou mais

3 Sexo:

- Feminino
- Masculino

4 Raça ou cor:

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta

5 Onde você morava antes de cursar a graduação?

- Interior da Paraíba
- João Pessoa (e grande João Pessoa)
- Litoral Norte da Paraíba
- Outro _____

6 Onde você mora atualmente?

- Litoral Norte da Paraíba
- João Pessoa
- Outro _____

7 Você mora com quem?

- Família
- Residência Universitária
- Auxílio Residência
- Outro: _____

8 Você sente dificuldades em permanecer no curso?

- Sim
- Não

8.1 Em caso positivo, entre as dificuldades listadas, qual você destacaria como a principal:

- Socioeconômica
- Pedagógica
- Emocional
- Pessoa com deficiência/ necessidades específicas

9 Você possui receio em perder o auxílio R.U.?

- Sim
- Não

Sobre os Auxílios Estudantis:

Para as questões desta seção, tenha em conta a escala de respostas abaixo:

- (1) Muito insatisfeito

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Se possuir interesse em nosso convite, por favor, leia, e caso esteja de acordo, consinta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a seguir:

- () Abrir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
() Não tenho interesse em participar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) PARTICIPANTE DE PESQUISA,

A pesquisadora Karina Araújo do Nascimento, discente do mestrado, convida você a participar da pesquisa intitulada “POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: percepções dos discentes assistidos pelo restaurante universitário do Campus IV - Rio Tinto”, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior PPGAES/UFPB, sob a orientação da Prof.^a Mariana Lis de Oliveira.

Para tanto, você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para o participante e você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, a sua identificação não será divulgada no estudo.

O objetivo principal desta pesquisa consiste em analisar a Política de Assistência

Estudantil na UFPB a partir das percepções dos discentes assistidos pelo Restaurante Universitário do Campus IV-Rio Tinto. Como objetivos específicos apresentamos os seguintes: caracterizar a política de assistência estudantil na UFPB com ênfase na modalidade Restaurante Universitário; identificar o perfil e analisar as percepções dos estudantes assistidos acerca do auxílio restaurante universitário; elaborar um produto derivado da pesquisa.

Os dados dos estudantes da UFPB Campus Rio Tinto serão coletados através de aplicação de questionário online com 20 questões. O tempo previsto para responder o questionário é de 08 minutos. Os formulários serão enviados por meio de e-mail, de acordo com os contatos solicitados, a partir da anuência da Direção de Centro do Campus IV.

Riscos ao (à) Participante da Pesquisa

Os riscos relacionados à sua participação são considerados baixos. Podemos citar a possibilidade de constrangimento, vergonha, cansaço e desconforto ao responder o questionário. Para evitar os riscos citados, assegura-se a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, além de um questionário que apresente facilidade de ser respondido.

Benefícios ao (à) Participante da Pesquisa

Os benefícios com a sua participação serão indiretos, oferecendo possibilidade de gerar conhecimento, através da percepção dos estudantes sobre o auxílio restaurante universitário da UFPB, o que pode possibilitar melhorias no processo de implementação e concessão deste auxílio.

Informação de contato do responsável da pesquisa

Karina Araújo do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: karina.araujo@academico.ufpb.br

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
Centro de Educação Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I - Cidade Universitária, João Pessoa-PB, CEP: 58051-900
E-mail: ppgaes@ce.ufpb.br

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da

Universidade Federal da Paraíba Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

Ao assinar este documento, VOCÊ, de forma voluntária, na qualidade de PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação e receberá uma cópia deste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), assinada pelo (a) Pesquisador Responsável.

Para receber este TCLE em formato pdf:

https://docs.google.com/uc?export=download&id=1v_5zbArORRRLGIZE5AsHqwGUFAPeAd_xq

João Pessoa - PB,

05/12/2023

Declaração de aceite em participação de pesquisa:

- () Concordo em participar da pesquisa
() Não concordo em participar da pesquisa

APÊNDICE C – Produto Técnico-Tecnológico

Para uma melhor experiência de leitura, acesse/clique o/no *link*², abaixo, que contém na íntegra o Produto Técnico-Tecnológico.

² Disponível em: https://docs.google.com/document/d/157e1o-6ql4mkC6Mi_njVZcq7berc74l/edit?usp=sharing&oid=104612463050825214059&rtpof=true&sd=true. Criado em: 04 jun. 2024.